

# Podemos construir uma democracia?

Jean Molline



Ensaio

## Prefácio

Numa época em que os valores parecem ter-se diluído durante muitos anos numa mistura indefinível de ideias prontas, caldo insípido de um pensamento único, esta pequena obra tenta, à sua maneira, recolocar a igreja no meio da aldeia. A observação não dura muito e é em grande parte explicada pelo relato de um lamentável declínio na educação geral e pelo uso cada vez menos adequado de um vocabulário gradativamente desviado de seu significado. A linguagem fica então empobrecida e não permite mais que você se expresse com a mesma precisão de antes.

A simplicidade dessas páginas, porém, é apenas uma aparência. Há, de fato, um chamado implícito que aparece nas entrelinhas dessas sugestões, um apelo ao retorno a altos valores morais. O esforço sugerido é, no entanto, irrisório em vista das vantagens a serem derivadas do modo de operação aqui considerado para nossas sociedades supostamente modernas. Ainda é preciso que todos se dominem um pouco tendo em mente esse objetivo, esse projeto de futuro para toda uma sociedade que hoje se encontra em plena desordem. É viável? Talvez sim, quem sabe, mas se ninguém se mexer, podemos ter certeza de que isso nunca acontecerá. Não devemos esperar que venha

de outros ou mesmo de um hipotético homem providencial.

A sociedade é o resultado do que cada um de nós fizer dela, o amanhã dependerá do que construimos, depois transmitimos a quem a constituirá. Já podemos imaginar o que os historiadores do futuro vão pensar e dizer sobre o nosso tempo. Eles terão alguma admiração por seus ancestrais, ou seja, nós, ou seremos considerados uma geração de tolos sem instrução? Que imagem queremos deixar para as gerações futuras? Se não levarmos em consideração esse tipo de sugestão e persistirmos em uma atitude egoísta e resignada de esperar para ver, o mal continuará a crescer, impor seu domínio sobre este mundo e destruí-lo completamente em benefício de um pequeno punhado de pessoas desprovidas de qualquer escrúpulo, pequena casta ilusoriamente privilegiada que, no fim, acabará também por desaparecer em corpo e bem depois de serrar o ramo em que o deixamos assentar. Agora esse ramo somos nós mesmos, uma população trabalhadora que nada tem a ver com intrigas políticas, e que se deixou levar por caminhos muito tortuosos.

O tempo de leitura destas páginas abre um horizonte que será bastante inesperado para alguns em diversos pontos, mas de forma alguma serão duas ou três horas perdidas. Verifica-se ao longo

desta construção que podemos considerar a democracia como uma opção viável a longo prazo desde que todos participem, mesmo que seja uma parte muito pequena, na medida do que cada um acredita ter para contribuir. Se algumas ideias inicialmente podem parecer estranhas, é avançando no raciocínio que os elementos se encaixam de forma bastante lógica e simples para formar um todo coerente. Surgirá então uma nova pergunta, pelo menos entre os mais entusiasmados: o que teríamos a perder tentando pelo menos pensar e discutir sobre isso, em vez de esperar que outros o façam?

O modo de operação sugerido certamente apresenta uma mudança radical em comparação com os sistemas políticos que prevaleceram em todos os lugares por séculos. Há, portanto, razão para pensar que a grande maioria dos políticos veria tal solução com uma visão muito negativa. Mas devemos nos importar? Não deveríamos ver isso como um sinal de sua duplicidade e, daí, deduzir a necessidade de excluí-los dos processos decisórios que afetam a sociedade como um todo?

*“Há homens para quem a virtude não  
é a virtude reconhecida por outros  
homens; eles não chamam por esse  
nome todas as coisas regulares, mas  
inferiores da existência, essa honestidade*

*vulgar que cumpre exatamente seus deveres: a virtude para eles é um impulso da alma que nos leva ao bem à custa de nossa felicidade e de nossa vida, ou uma força que nos faz domar nossas paixões mais ardentes. Esses homens se elevam acima de outros homens, mas para que servem na sociedade? Como montanhas na natureza, como gigantescos monumentos nas artes, eles saem das proporções comuns: olhamos para eles e temos medo deles. »*

*(François-René de Chateaubriand;  
Pensamentos, reflexões e máximas -  
1848)*

Pensando bem, Chateaubriand estava certo: a virtude pode assustar as pessoas, mas não as pessoas virtuosas. Já os políticos corruptos têm tudo a temer da virtude que expõe seus vícios. Se qualquer um de nós considerasse tal perspectiva, ficaria óbvio que os números os superariam, e sem dúvida eles sabem disso muito bem. Nestas páginas, cada pessoa é convidada a se tornar ainda mais virtuosa do que já é. Utopia? Não, só pode ser para quem recusa *a priori* uma solução desta ordem, não podendo as razões dessa recusa serem ditadas pela virtude. O medo só vem daquilo que você não conhece. O futuro é uma dessas incógnitas. Esta é mais uma razão para criarmos as

condições para construirmos, nós próprios, este futuro, esta escolha é nossa.

Este livro apresenta uma solução possível, caberá então a cada um apropriar-se dela e enriquecê-la com as suas próprias reflexões. A democracia é um sistema coletivo, e não um conceito abstrato como a mídia e os políticos voluntariamente apresentam em uma retórica construída com um vocabulário equivocado. E digam o que disserem, esses desvios não podem ser feitos para um propósito louvável. O primeiro passo será adquirir o hábito de usar as palavras apenas em seu verdadeiro sentido, um sentido que devemos recuperar. Assim, descobrimos uma proposta de redistribuição de poderes, começando por defini-los e combiná-los com órgãos de controle dedicados que serão responsáveis por garantir que abusos e deslizes que levariam a um retrocesso a longo prazo ao totalitarismo imposto por uma pequena casta de pessoas que são benevolentes apenas em suas palavras, mas na realidade são bastante mal-intencionadas com seus contemporâneos, um padrão que conhecemos muito bem. Embora... nós realmente o conhecemos tão bem? Se a situação não é boa para todos, não é justamente porque a maioria se deixou embalar por aqueles que confiscaram o poder e colocaram uma tampa na democracia?

A diretriz deste livro é uma simplificação que pode surpreender a muitos, uma revisão de algumas de nossas certezas mais firmemente ancoradas. Ao restaurar o verdadeiro significado de certas palavras, podemos nos pegar pensando: *“Vamos, não é assim que funciona.”* Mas esse é precisamente o objetivo. A construção de uma democracia nos leva logicamente a evocar, por exemplo, questões de soberania. Uma das vertentes desta soberania trata das questões da moeda com uma proposta que alguns julgarão particularmente iconoclasta. No entanto, tentando ignorar o que tomamos como certo e seguindo o raciocínio feito a partir do significado das palavras e um pouco de lógica elementar, surpreendemo-nos ao pensar que está muito longe de ser uma loucura. Pelo contrário, ainda que apresente algumas dificuldades técnicas por resolver, o princípio é muito simples, ficando assim ao alcance do maior número.

# Preambulo

Você já se perguntou por que o mundo é do jeito que é? Você já teve a impressão de que quanto mais o tempo passa, menos as coisas mudam e, ao contrário, tende a piorar? Você não acha que o mundo político afunda ao longo dos anos, depois décadas, em uma mediocridade terrível?

O sistema legislativo sempre produz mais leis, sempre impõe mais restrições. As promessas de campanha eleitoral desaparecem no ar no dia seguinte à eleição, e o que deveria ter sido uma reviravolta para uma melhora acaba sendo uma nova recessão, com os ricos ficando mais ricos, os menos abastados cada vez mais empobrecidos. Para completar, os discursos estão cada vez mais carregados de demagogia e, acima de tudo, mostram uma total desconexão entre o poder e os cidadãos: a democracia está desconectada.

Nosso sistema político revela cada vez mais suas falhas e geralmente arcamos com as consequências dessas falhas. As descobertas às vezes são esmagadoras e se repetem com regularidade, mas as soluções propostas são mais raras e geralmente inadequadas ou, em última instância, piores do que o problema levantado.



Estas páginas sugerem ir além do estágio de simples observação. A ideia geral é juntar tudo para desenvolver uma solução duradoura, sustentável e saudável. E, tanto quanto você não está surpreso, esta solução exigirá a participação de certas pessoas, em particular de você. Isso não é tão absurdo quanto se pode pensar à primeira vista, não se trata de pedir-lhe um esforço sobre-humano, apenas uma contribuição à altura do que você, cidadão, pode fazer e acha por bem FAZER. Se você acha que não pode fazer nada, então não fará nada e ninguém poderá culpá-lo.

Os valores morais mais fundamentais devem assumir as cores que, durante décadas, para não dizer séculos, um tanto embaçaram. Trata-se de devolver-lhes o brilho. Se construirmos um sistema cujos valores são baseados na virtude, podemos construir algo harmonioso, mas se favorecermos valores baseados no vício, então só podemos acabar no caos de qualquer maneira.

# Um inventário

Em um mundo onde sempre há uma guerra em algum lugar, onde os debates políticos na realidade não são mais debates, mas disputas oratórias estéreis, não discussões destinadas a encontrar soluções comuns, mas pueris brigas de galos labutando para apresentar um ponto de vista sem levar em conta o de outros, onde os Estados se dizem democratas, mas aceitam ações que vão contra o que é a verdadeira democracia, há razão para se questionar, para fazer uma espécie de freeze frame, e para considerar o fato de que estamos longe dos ideais prometidos a cada campanha eleitoral por personagens cada vez menos confiáveis, cada vez mais mentirosos, muitas vezes venais e corruptos.

\*\*\*

Todos devem ter o direito de esperar que uma certa elite assegure que as políticas implementadas contribuam para a construção paciente, laboriosa e teimosa desses ideais. É concebível que o homem cometa erros, é menos aceitável que os mesmos erros sejam reproduzidos séculos após séculos.

*“Errare humanum est, perseverare diabolicum”*

(“ Errar é humano, perseverar é diabólico” ) [Sêneca]

É claro que todos esses personagens eminentes têm apenas o título de elite que atribuem a si mesmos, qualidade que usurpam sem, no entanto, se mostrarem dignos dela. Este é um elemento que, aliás, pode ser observado em muitos aspectos da vida cotidiana: o desvio de palavras tornou-se sistemático, e esse fenômeno não é insignificante.

*“Quando as palavras perdem o sentido, os homens perdem a liberdade.”*

[Confúcio]

No momento em que estas páginas são escritas, estamos em 2018, e vivemos tempos conturbados com rumores de guerra mundial, onde atos de guerra são apresentados como legítimos sem nada nas leis nacionais dos Estados envolvidos ou nas leis que as organizações internacionais confirmam esta alegação, operações decididas com base em justificativas muitas vezes dúbias ou mesmo demagógicas, não havendo comprovação das afirmações com base nessas justificativas que venham a sustentá-las. Na França, descobriu-se, menos de um ano depois de uma eleição presidencial totalmente fraudada, que o presidente eleito tem se revelado cada vez mais um impostor, um mentiroso e um megalomaníaco e, mais grave, que orienta mais, com seu governo, o país rumo a uma ditadura de fato. As liberdades cívicas são postas em causa dia após dia, os serviços públicos

vão-se progressivamente dismantelando para dar lugar a empresas privadas, o Estado abandona o seu papel a favor das finanças internacionais e das grandes empresas privadas, tudo isto em desrespeito às necessidades, por vezes, as mais elementares dos cidadãos.

Notamos ao mesmo tempo que a imprensa quase desapareceu em favor de um sistema de propaganda que destila todos os dias o pensamento oficial deste governo. As palavras são desviadas de seu significado, algumas palavras comuns são usadas com uma conotação claramente pejorativa, outras palavras são usadas apenas para fornecer um discurso porque seu significado como entendido pela maioria das pessoas permanece positivo e responde às aspirações do maior número sem refletir a realidade do pensamento do locutor, estratégia característica do cinismo, tudo isso a serviço desse pensamento único. Pior ainda, campanhas de comunicação são até organizadas para incitar as pessoas ao pensamento crítico com discursos particularmente perversos e feitos de tal forma que o indivíduo comum, que segue os conselhos assim dados, acredita ser crítico ao apoiar a propaganda. É o mundo de cabeça para baixo, um mundo onde os valores são invertidos, onde as virtudes são classificadas como antiquadas, e onde o vício se enfeita com as armadilhas da

virtude, é o gaio se enfeitando *com as penas do pavão* como Monsieur de La Fontaine teria dito.

\*\*\*

Ter um pensamento diferente ainda não nos classifica entre os dissidentes, mas talvez não estejamos muito longe disso. É o advento da mais imunda mediocridade vestida de colarinho branco, com o objetivo não reconhecido de escravizar a população a serviço da ganância, do orgulho, do egoísmo.

O mais doloroso é constatar até que ponto o homem demonstra uma estupidez por vezes insondável, não aproveitando a experiência do passado, não aprendendo com a história. Dizem que a história é escrita pelos vencedores. Estes vencedores escrevem-na assim de acordo com os seus interesses e para estabelecer uma forma de pensar que não reflecte necessariamente a estrita verdade dos factos. Depois de cada guerra, dizemos "*nunca mais*" e, no entanto, alguns anos ou décadas depois, começamos de novo, de novo e de novo. Dura um pouco e os mortos são cada vez mais numerosos. Se no passado contavam-se aos milhares ou dezenas de milhares, um dia tiveram de ir às centenas de milhares, então a guerra de 39/45 fez deles dezenas de milhões. A evolução das técnicas no domínio do armamento pode deixar-nos

a rezear que da próxima vez estejamos na casa das centenas de milhões. Mas quantos serão necessários para que o homem se decida a aprender a não cometer novamente os mesmos erros que vem repetindo há séculos?

## **As ideias de um cidadão comum**

O objetivo deste trabalho é, antes de mais nada, tentar construir um sistema político essencial, acessível a todos, compreensível por todos, um sistema aplicável em benefício de todos e dotado das características de uma autêntica democracia permitindo que seja sustentável. Quem eu sou não é extremamente interessante, sou um indivíduo entre milhões.

No entanto, deve-se notar que eu não sou um acadêmico. Portanto, peço antecipadamente aos meus leitores que tenham alguma indulgência para comigo pelo lado pouco literário e pouco convencional destas páginas. Tive um percurso totalmente atípico que me levou a exercer diversas profissões desde os 15 anos, desde a construção civil à agricultura, passando por escritórios, depois apicultura, transportes rodoviários e por fim informática, tudo intercalado com intervalos noutras atividades tão diversas quanto variadas. Sou basicamente um autodidata. No entanto, tive o

privilégio de aprender a ler muito cedo, pelo que pude ler quando entrei na escola primária por volta dos seis anos de idade, sem nunca ter passado por uma classe de jardim de infância. Aprendi nessa época, entre outras coisas, a explorar minha memória e essa faculdade me levou aos poucos, ao longo dos anos, a estabelecer vínculos entre as coisas que à primeira vista não tinham ligação entre elas. Além disso, embora eu soubesse ler desde muito jovem, só comecei a ler muito tarde. Há um lado incapacitante nisso: não tenho um histórico cultural considerável. Porém, por não ter feito o ensino superior, tive, paradoxalmente, a vantagem de nunca ter sido formatado por ninguém. Quando formulo uma opinião, ela é pessoal e se baseia em minhas reflexões pessoais e em meus próprios valores, e não no que este ou aquele autor possa ter escrito.

É com base nisso que desenvolvi raciocínios e ideias. Há alguns anos me acontece filosofar, mas quando ocupo minha mente dessa forma, não é lendo filósofos, clássicos ou outros, é desenvolvendo minha própria filosofia.

## **As fontes dessas reflexões**

A base fundamental do meu pensamento são os valores morais. Recebi uma educação familiar católica, guardei os ensinamentos básicos e um

senso de valores, noções do que são virtudes e vícios. Não é menos importante sublinhar também que cresci sem televisão, os meus pais tiveram a sabedoria de recusar sempre que esta perniciosa clarabóia entrasse na casa da família. Por fim, refira-se que, fazendo programação de computadores por quinze anos, desenvolvi um método de análise e raciocínio pragmático, cuidando para nunca violar a lógica sob pena de erros nos resultados. Isso não significa que não haja erros nas páginas a seguir, posso ter me enganado em um ponto ou outro, no entanto, tentei permanecer globalmente consistente ao longo das páginas.

Você lerá algumas citações ao longo destas páginas. Na realidade, raramente me refiro aos autores, mesmo que me inspire em certas abordagens. Eu sempre acho alguns personagens um pouco irritantes que não conseguem deixar de citar tal e tal filósofo em todas as ocasiões. Pensando bem, até acho isso muito infantil, é um pouco como uma criança conversando com seus amigos e dizendo a eles *“É verdade, meu pai disse isso”*. Pode-se pensar que de alguma forma sublimaram o autor citado no papel de pai intelectual, pai substituto que se torna seu modelo de referência, mas ainda estão na fase do



adolescente que ainda não forjou seu próprio pensamento.

Outro detalhe também me parece importante: não se trata nesta obra de modificar o que já existe, trata-se de substituí-lo. Convido, portanto, cada um dos meus leitores a desconsiderar, tanto quanto possível, o que sabe ou pensa que sabe. Ocasionalmente, pode ser muito tentador desafiar um ou outro elemento: cuidado, isso seria um erro que o desviaria do fio comum. A proposição feita deve ser considerada em sua totalidade, e só então pode ser sempre objeto de comparações, se estas não tiverem se tornado irrelevantes. No final desta leitura, será o momento de nos perguntarmos como implementar tudo isto, como substituir uma parte existente sem perturbar radicalmente o cotidiano da população. Mas para chegar lá, você já deve ter uma visão geral da proposta como um todo.

Devo também especificar que, se estas páginas foram escritas a partir de uma perspectiva francesa, o princípio geral se destina a ser universal e aplicável em qualquer país do mundo, e não vejo objeção a que esta obra seja traduzida para qualquer idioma para ser transmitida em qualquer lugar. se as palavras existem nessa língua para expressar sua essência sem traí-la.

Finalmente, devo enfatizar que não pretendo fornecer uma solução pronta aqui. É mais uma tela, uma série de ideias para desenvolver e refinar. Você percebe, além disso, que não tem em mãos um bloco de oitocentas páginas, mas um pequeno panfleto muito modesto. No entanto, o desenvolvimento da democracia, por definição, só pode ser feito coletivamente. Desejo especialmente permanecer compreensível para o público mais amplo possível, incluindo pessoas que não fizeram estudos científicos longos ou nem mesmo se aproximaram de uma universidade. Não ter estudado não significa que seja desprovido de bom senso, é inclusive com isso que conto: a inteligência, antes do conhecimento.

## **O método de análise e construção**

Para ilustrar o funcionamento atual da política, tomei a liberdade de fazer um pastiche de uma fábula de Jean de La Fontaine para que ela apareça para você em uma perspectiva muito mais próxima do seu cotidiano:

### **O ELEITOR E O CANDIDATO**

*Mestre eleitor em uma urna empoeirada*

*Segurava na mão uma cédula*

*Mestre Candidato, pelo voto estimulado,*

*Mantem-lhe quase este refrão !*

*Olá senhor eleitor, Como você é educado,  
como parece melhor!*

*Sem mentir, se seu voto se refere aos  
seus benefícios, é o salvador deste  
eleitorado.*

*Com essas palavras o eleitor sente mais  
alegria,*

*E para mostrar seu bom humor,*

*Ele abre bem a mão, deixa cair a cédula.*

*O candidato sorri e diz: Meu bom senhor,  
saiba que todo bajulador vive à custa de  
quem o ouve. Esta lição vale um  
mandato, sem dúvida.*

*O eleitor, envergonhado e confuso, jurou,  
mas um pouco tarde, que não o  
apanhariam mais.*

Você terá reconhecido “O corvo e a raposa”; Não tenho dúvidas de que o paralelo entre a fábula original e nossa situação política agora parece muito mais óbvio para você. Mas a conclusão deve pelo menos permitir que você perceba um ponto bastante essencial: juramos não ser pegos novamente, mas, nas eleições seguintes, caímos novamente na mesma armadilha. E para aqueles

que finalmente decidem manter a abstenção sistemática, podemos lamentar que a maioria não perceba que isso é perfeitamente o caso de um bom número de candidatos.

Devo admitir que quando se está acostumado a um sistema político como o nosso desde a infância, conseguir tomar a distância necessária para imaginar uma reformulação completa dele não é nada óbvio, e eu tive que fazer, sobre certos assuntos, alguns anos de várias reflexões para chegar a esta fase.

Como eu disse um pouco antes, não sou um acadêmico, não tenho nenhuma das ideias recebidas que podem ter influenciado uma mente de uma forma ou de outra ao longo dos anos nos bancos de universidades ou grandes escolas. Isso certamente me priva de certo conhecimento acadêmico, mas é ao mesmo tempo uma vantagem na medida em que, para trabalhar esse tipo de ideia, e principalmente para abordar questões tão complexas, tive que adotar um método muito simples: começar dos mais elementares fundamentos para reconstruir usando a lógica e a razão para atingir o objetivo pretendido. Foi nessa reconstrução que pude descobrir abusos, os mesmos abusos que nos levaram ao sistema completamente corrupto que temos hoje na França e em muitos países do mundo.

A maneira de abordar esta reflexão consiste, portanto, em desconsiderar completamente o que se sabe, ou melhor, e sobretudo o que se pensa saber. Contamos então apenas com a lógica, a coerência global e os valores que queremos defender, e não com o que pensamos que devemos respeitar pela única razão de que foi isso que nos ensinaram, não que não se deva respeitar essas regras e este ensinamento, mas deve-se questioná-los em relação aos próprios valores pessoais, expressar a própria opinião a respeito da própria experiência pessoal e não assumindo as dos outros. Não devemos ignorar os outros, pelo contrário, devemos levá-los em consideração, mas não devemos presumir o que eles pensam: devemos pensar por nós mesmos, garantindo que isso não prejudique os outros. Pensar presumindo o que os outros pensam já é fazer um julgamento que, na maioria das vezes, não se baseia em nada além do que ouvimos, por exemplo, na imprensa, o que abriria as portas para a propaganda: assim, se toda a imprensa disser a você que o mundo pensa verde quando você mesmo pensa azul, você pode ser fortemente tentado a fazer suas escolhas levando em consideração que todos pensam verde. Mas, na realidade, você tem que perceber que não sabe nada sobre isso e que dá crédito a quem o disse, mas sem necessariamente se preocupar de sempre verificar se essa afirmação está correta. Ao fazer

isso, você deixa de ser um ator da sociedade e passa a ser um simples consumidor de pensamentos prontos, não mais pensando por iniciativa própria, o que é o objetivo de toda propaganda. Você precisa ser ou (re)tornar-se um ator na sociedade, trazendo sua opinião pessoal e não aquela assumida por outros. E a melhor forma de garantir a realidade da opinião alheia é fazendo debates, discussões, trocas diretamente com os outros e não por meio de intermediários.

## **Estabeleça uma base estável**

Como se trata de construir uma democracia, a primeira prioridade consiste em apresentar algumas definições de palavras essenciais, palavras às vezes (muitas vezes?) poderia servir aos seus interesses, na campanha eleitoral ainda mais do que o habitual. Assim, a palavra *democracia*, que eles tão bem sabem gargarejar, é usada propositalmente porque, para todos, essa palavra ainda tem um significado claro: o poder do povo, pelo povo e para o povo, mas esses indivíduos às vezes não pensam uma palavra; eles embelezam seus discursos com essas palavras que todos conhecem e, assim, incentivam as pessoas a dar-lhes crédito ... e um voto. Mas uma vez eleitos, não se trata mais de democracia, eles decidem sem consultar ninguém. Somos então forçados a constatar que estamos naquilo que nem sequer é uma paródia da democracia.

## **Não poderíamos aprender com a história?**

Vivemos uma época tão extraordinária quanto rica de lições, se nos detivermos aos detalhes. Em todo o mundo, podemos observar a gradativa ampliação dos movimentos de protesto das populações contra seus respectivos governos. Estas

são então lutas ideológicas. Mas não se trata aqui de determinar quem está certo ou errado, veremos mais adiante que nenhum debate deve perseguir o objetivo de provar que alguém está certo ou errado. Encontrar a resposta para essa pergunta não tem necessariamente muita relevância na medida em que cada um desenvolverá suas falas de acordo com sua própria perspectiva, ou, formulado de forma diferente, com a perspectiva que escolheu considerar. Mas ninguém neste mundo poderia alegar ter a ciência infundida que tornaria possível ter uma perspectiva absolutamente completa. É mesmo isso que, de certa forma, faz toda a riqueza deste mundo: são inúmeras as diferenças de pensamento que, ao longo dos séculos, resultaram no desenvolvimento de civilizações e culturas de espantosa diversidade, com agrupamentos geograficamente localizados que pouco a pouco formaram nações distintas. Aliás, esta diversidade impõe-nos certa modéstia e o dever de reconhecer com um mínimo de humildade que, para formar um todo coerente, precisamos uns dos outros para nos complementar.

No entanto, nenhuma nação pode se orgulhar de ter perfeita homogeneidade dentro de si. Há sempre correntes de pensamento que diferem umas das outras, sempre em relação a várias perspectivas. Existem também outras formas que visam quebrar



a homogeneidade nacional, formas menos naturais que respondem aos desejos de certos personagens implementando uma técnica tão antiga quanto o mundo: "*dividir para reinar*". Esta técnica pode basear-se em vários métodos, um deles consistindo em jogar com o vocabulário usando sinônimos, um uso aparentemente inócuo de uma palavra no lugar de outra, mas sem a justificativa para essa substituição não responde necessariamente a imperativos estilísticos, para evitar, por exemplo, repetições deselegantes em um discurso, já que nem necessariamente há repetição alguma, nem mesmo a palavra substituída está presente no texto.

## **Sinônimos, insinuações e manipulação**

Ao longo dos anos, o significado de um termo assim usado em vez da palavra certa viu sua interpretação variar de acordo com o ouvinte ou o leitor, oscilando entre a definição de um e a de outro, para depois usar gradualmente aquele de acordo com o significado do outro. A consequência mais comum é um diálogo de surdos que, de qualquer forma, não pode levar a um resultado satisfatório entre os protagonistas de uma discussão. Veremos, portanto, mais adiante algumas palavras recolocadas em seu lugar com

suas definições básicas. Pouquíssimas palavras no final, mas cada uma delas tendo uma importância imensa pelo seu uso na política.

Outro método de dividir a população de uma nação é saturar completamente o indivíduo sob um dilúvio de textos, especialmente textos legislativos. Embora divididos em códigos diferentes, esses textos podem eventualmente se tornar (e na prática são) imensamente complexos. A partir daí, esses textos estão sujeitos às mais variadas interpretações. Acrescente-se a isso que esses textos são geralmente escritos em jargão técnico, e apenas os advogados são capazes de entender seu significado, embora neste ponto possa haver razão para expressar algumas reservas. Se considerarmos que nenhum advogado no mundo tem a capacidade de dominar todos os códigos em todos os seus detalhes, cada um será especializado em uma determinada área. A partir daí, por um caso tratado, assistiremos a batalhas entre especialistas, ou ditos especialistas, cada um avançando seus argumentos com base em textos perfeitamente oficiais, mas possivelmente contraditórios. Em suma, termina em uma bagunça indescritível.

Verifica-se então que se os discursos públicos são salpicados de palavras inoportunas e que, ao impor ao mesmo tempo uma coisa e o seu contrário ao cidadão, este, para além de já não compreender

nada, já não tem uma base estável para gerir harmoniosamente sua existência com seus contemporâneos.

## **Ensino deficiente**

Podemos completar com outro elemento: um sistema escolar que está em declínio há várias décadas. Teria sido lógico que, à medida que a complexidade evoluísse, a educação pública fosse adaptada para que todos pudessem acompanhá-la razoavelmente. Mas é o contrário que tem sido implementado pelos sucessivos governos, ainda que o discurso público elogiasse o contrário. A pergunta que se deve fazer diz respeito às motivações dessa destruição: ou os responsáveis por essas mudanças desastrosas não sabiam o que estavam fazendo e, portanto, eram incompetentes, ou sabiam perfeitamente e, portanto, traídos, tornando-se cúmplices de um sistema despótico que opera nas sombras para destruir a nação, partindo do princípio de que um cidadão educado e pensante é menos manipulável e, portanto, infinitamente mais perigoso para a estabilidade de um poder abusivo, do que um eleitor dócil que segue o que ditam os meios de comunicação de massa.

\*\*\*

Podemos finalmente acrescentar o toque final para cravar o prego no caixão da nação: os meios

de comunicação de massa que acabamos de mencionar, a televisão em mente. Primeiro foi o rádio, depois apareceu essa estranha claraboia que invadia as casas ano após ano até que muitas vezes chegavam a ser várias numa mesma casa. No início eram poucos os canais de distribuição, depois as tecnologias deram grandes saltos e os canais se multiplicaram. Finalmente vieram os canais de notícias 24 horas que transmitem informações 24 horas por dia, todos os dias do ano. A saturação então atinge seu pico, e ainda não tivemos tempo de digerir uma informação antes que outra chegue, e em poucos dias, até algumas horas, já esquecemos completamente a primeira. Todos eventualmente encontram certa satisfação em ter a impressão de estar bem informados, relaxam com as distrações, mas no final esquecem completamente de olhar para coisas muito mais importantes: as decisões políticas dos eleitos que todos escolheram com seu voto, ou deixado para ser eleito por outros abandonando as urnas...

Estas mídias têm naturalmente os seus apresentadores-estrelas pagos a ouro para debitar crônicas sobre esta atualidade, sobre a política e as escolhas dos governos. Mas esses colunistas primeiro relatam sua própria opinião sobre o assunto. Esquecem completamente que ninguém pediu a opinião deles e que todos querem primeiro

ter informações cruas e completas para formar sua própria opinião, especialmente na medida em que nos são apresentados como jornalistas. Esses modos denotam certa arrogância desses redatores que infantilizam o ouvinte e o tratam com aquela desdenhosa condescendência que costuma ser reservada aos idiotas, sem que esses ouvintes tenham plena consciência disso. Por outro lado, durante as campanhas eleitorais, os candidatos a todos os tipos de mandatos elogiam a inteligência do eleitor, lisonjeiam seu senso de responsabilidade e a escolha adulta desses mesmos cidadãos classificados como subindivíduos pela mídia. Os resultados pioram a cada nova votação, e se no passado ainda podíamos acreditar que estávamos escolhendo o melhor, hoje passamos a escolher o menos pior. Não apoiamos mais um candidato achando que é o melhor, votamos contra o outro que é considerado ainda pior. Este sistema de eleições acabou por se tornar uma grande decepção porque foi dominado por grupos de interesse, partidos políticos e outros pequenos grupos que perseguem essencialmente os seus próprios interesses, bem como por desconsiderar completamente o interesse de todos se eles próprios encontrarem um lucro ainda maior nisso.

\*\*\*

*"À força de ver tudo a gente acaba suportando...  
À força de tudo apoiar a gente acaba tolerando... À força de tudo tolerar a gente acaba aceitando... À força de tudo aceitar a gente acaba aprovando tudo !"*  
»

*[Agostinho de Hipona, conhecido como Santo Agostinho]*

Estamos então presos a um sistema solidamente estabelecido, e ninguém parece pensar em reconsiderar o modo de funcionamento das nossas instituições, cada um estando mais ou menos convencido de que nada pode ser mudado a respeito, "é assim, de todo modo, o *que você quer que façamos?*". Vemos que há uma resignação ambiente pouco animadora, uma resignação geral do cidadão face às suas responsabilidades. Mas, no fundo, ainda existem cidadãos de verdade? Tentaremos responder a essa pergunta, pelo menos parcialmente, nos capítulos seguintes.

## Por que “*construir*” uma democracia?

Consideremos este problema de dois ângulos. Por um lado, por que, ao invés de falar em “*construir*”, não falar em “*reconstruir*”? Por outro lado, uma abordagem talvez mais filosófica: por que a democracia e não outro sistema?

No primeiro ponto, devemos considerar a definição estrita da palavra “*democracia*” e veremos mais adiante que ela nunca existiu em lugar nenhum.

Sobre o segundo ponto, perguntemo-nos quais são as alternativas. Em massa, muitos me citarão, por exemplo, a ditadura, a anarquia, a monarquia, constitucional ou não, a república, o império, a oligarquia, a aristocracia, etc. Esta lista não é exaustiva. Mas devemos distinguir duas partes: primeiro a estrutura política do Estado, depois a forma como os poderes são distribuídos e controlados.

A estrutura geralmente resulta de uma escolha prática em prol da eficiência. Trata-se de organizar o Estado, definir um chefe de Estado, definir quem legisla, organizar a justiça, a defesa, a educação pública, a saúde e um certo número de administrações para os serviços públicos que estão

à disposição de todos na área. Desde as primeiras civilizações humanas, existiram todos os tipos de estruturas, mas listá-las aqui não seria de grande interesse. Dependendo do caso, as estruturas políticas para administrar o país variam mais ou menos.

\*\*\*

Sobre a partilha e o controle dos poderes, por outro lado, devemos escolher esquematicamente entre democracia, ditadura e anarquia. Para simplificar, no caso da anarquia, ninguém tem poder, no segundo caso, o ditador arroga todos para si, e numa democracia, é o povo que tem, pelo menos teoricamente, os poderes de controle e a chefia de Estado é, de certo modo, apenas um administrador.

Não é relevante desenvolver aqui sobre o funcionamento de uma ditadura, aliás não é preciso ser um grande clérigo para imaginar que ninguém gostaria. Quanto à anarquia, seria necessário especificar claramente o significado deste termo, voltaremos a ele mais tarde.

O que prevaleceu na maioria dos países ocidentais por décadas foram repúblicas (França, EUA, Alemanha, etc.) ou monarquias constitucionais (Reino Unido, Espanha, Bélgica, etc.) alternância entre a aristocracia e a oligarquia. Mas, em todo



caso, o cidadão nunca teve, na melhor das hipóteses, outro poder senão o de designar os governantes colocando o voto na urna para não mais ter voz na questão. É claro que essas pessoas no poder sempre batizaram cuidadosamente seu sistema com a palavra "*democracia*", termo que é usurpado neste caso.

*“A barbárie da linguagem precede a barbárie dos atos, de modo que uma sociedade que tolera a primeira passa a permitir a segunda. »*

*[Autor desconhecido]*

Em suma, enfrentamos duas dificuldades. A primeira consiste em defender-se de um poder despótico, a segunda em confiar a gestão dos instrumentos administrativos comuns às pessoas sem que estas ultrapassem as suas prerrogativas ou sequer tenham a possibilidade de o fazer.

Isso levanta a primeira questão realmente importante: por que não chamar as coisas pelo nome real? Que razão pode justificar a utilização de um termo manifestamente inadequado, uma vez que não corresponde precisamente à realidade descrita ou implícita? Assim, por exemplo, pode-se ler no site da Assembleia Nacional Francesa:

*“O sufrágio universal é a primeira condição da vida política democrática.  
[autor desconhecido]”*

Mas é um engano. O sufrágio designa as pessoas que legislam adornando-se com o título de *“representante parlamentar”*. A pergunta que todos deveriam fazer é: *“Quem eles representam”*? Certamente não os cidadãos, ao contrário do que afirmam, caso contrário a assembleia seria verdadeiramente representativa da população em sua diversidade social, profissional e de opinião. No entanto, sendo os candidatos a esses cargos de representação designados por aparelhos políticos, eles representam antes de tudo uma cor política, uma franja muito pequena da população e não a população como um todo. Tanto é verdade que se todos observarem o hemiciclo da Assembleia Nacional, a distribuição é feita segundo a filiação em tal ou qual partido político, desde a extrema esquerda até à extrema direita. No momento, ninguém critica isso, mas devemos, no entanto, contestar veementemente esse estado de coisas. Se o deputado é realmente o representante de todos os cidadãos, então rimos loucamente de sua opinião ou de suas opiniões políticas: ele não é nomeado para defender sua opinião, mas para defender a nossa. Além disso, deve-se notar que uma maioria muito grande da população não pertence a nenhum partido político e, conseqüentemente, essas pessoas praticamente não têm representante na assembleia.

Se considerarmos o exposto e se aceitarmos o postulado de que há engano no discurso, temos o direito de pensar que o parlamentarismo não é democrático: não podemos ter democracia sem o “demos”, o povo.

*“Quanto menos talento eles têm, mais orgulho, vaidade, arrogância eles têm. Todos esses loucos, porém, encontram outros loucos que os aplaudem”*

*[Erasmus; "Elogio da loucura", 1509]*

Se há engano, o discurso, no entanto, sempre afirma que é para o bem do povo: mas já vimos um trapaceiro anunciar que iria trapacear para enganar seu mundo? Não, ele se esconde, é o vício se adornando com as armadilhas da virtude, porque praticamente ninguém contestaria a virtude, nem apoiaria abertamente o vício. Provavelmente não seria uma grande aposta dizer que ninguém mais quer ouvir sobre trapaceiros, mentirosos e outros usurpadores, já que ninguém geralmente está disposto a acreditar nas intenções supostamente benevolentes de um mentiroso comprovado.

Alguns serão tentados a moderar um pouco as intenções dos políticos na campanha. De fato, podemos acreditar prontamente que, para alguns, especialmente no início de sua carreira, as boas intenções são reais. Mas o poder, pelo menos em sua forma atual, tem uma característica muito

infeliz: ele corrompe. Seriam necessários homens e mulheres de integridade excepcional para resistir às sirenes da corrupção. É um problema recorrente há séculos que não é fácil resolver.

\*\*\*

Podemos considerar uma solução? Os capítulos seguintes tentarão apresentar uma resposta afirmativa a esta questão espinhosa. Esta proposta assenta principalmente em dois elementos. Primeiro, no uso correto das palavras, depois em elementos baseados na psicologia mais elementar. Antes de abordar o léxico básico, vamos nos deter por um momento nessa dimensão psicológica. É do conhecimento geral que quando as pessoas detêm qualquer poder, poder este definido em texto legal, aqueles sobre os quais esse poder é exercido, admitida a legitimidade do agente e a validade do referido texto legal, geralmente não questionam esta autoridade. Pode então ser tentador para a pessoa que o exerce abusar de sua posição. Tomemos um caso comum: o policial. Este zela pela aplicação adequada da lei pelos cidadãos e os últimos são geralmente respeitosos com este oficial. Por muito tempo, no entanto, os agentes geralmente exerceram seu mandato em pares ou em grupos pequenos e maiores. Por um lado, isso limita as inclinações de protesto que certos infratores podem ter, mas também limita os

próprios agentes, cada um deles vendo perfeitamente o que seus colegas estão fazendo. As possibilidades de abuso de poder são então muito reduzidas. É claro que às vezes tais abusos ainda ocorrem, e isso é possível quando todos os agentes da mesma unidade se tornam cúmplices e se apoiam mutuamente em seus abusos. Mas esses casos são geralmente marginais.

Tal esquema pode ser transposto em muitos casos da vida cotidiana, como em certas estruturas. Assim, este princípio de atribuir a responsabilidade a um colégio de agentes e não a um único indivíduo encontra-se, por exemplo, em alguns tribunais. Se confiássemos tais mandatos a pessoas solteiras, eliminaríamos *de fato* a possibilidade de revisão por pares do exercício do poder em questão, abrindo assim a porta para abusos. Com um colégio de agentes, cada um deles exerce implicitamente o controle sobre seus pares... até que acabam concordando em cumplicidade culposa para ultrapassar os limites de suas prerrogativas. Mas quanto maior o grupo, mais difícil será obter unanimidade perfeita na ofensa.

O que inclinará para um lado ou para o outro da fronteira entre Justiça e despotismo será, antes de tudo, o fato de que a maioria dos cidadãos, conforme a nação, o tempo e os valores geralmente aceitos, favorecerá mais a virtude ou o vício; então,

todos estarão mais ou menos conscientes das implicações e deveres inerentes a esta escolha pessoal. Já podemos considerar que se o vício for a maioria, em todos os casos, acabaremos no caos. Se, ao contrário, a virtude for a maioria, então podemos imaginar uma sociedade vivendo harmoniosamente. Não há meio termo: sempre haverá indivíduos à margem da sociedade como um todo que desafiam a sociedade, seja viciosa ou virtuosa, exceto que aqueles que se opõem à virtude sempre farão "em nome da virtude", nunca o *contrário*, e usando, por exemplo, discursos apresentando o que eles contestam como retrógrado, obsoleto, antiquado e outras difamações, alegando que poderíamos fazer melhor, como se o que, no entanto, tivesse permitido que nós mesmos chegássemos um dia por nossa vez a constituir a empresa, que nossos predecessores perceberam, não valia um prego.

Estamos falando aqui sobre as noções de bem e mal. Mas esse é um questionamento sempre individual. De fato, não podemos falar sobre o que é bom designando o que é "*oficialmente*" considerado "*bom*" se nós mesmos pensamos que não é. Todos geralmente expressam em suas palavras de acordo com o que eles vão pensar e acreditar fundamentalmente.

Tente por um momento imaginar um candidato fazendo um discurso eleitoral para lhe dizer que não tem nenhuma intenção de cumprir seu mandato, mas de se esforçar para explorar todas as possibilidades que se apresentarem para fazê-lo ganhar mais dinheiro. Claro, ninguém nunca viu um candidato fazer esse tipo de discurso. No entanto, muitos dos que obtiveram seu mandato implementaram fielmente tal programa: mas então por que sua campanha eleitoral não o mencionou e, ao contrário, foi pontuada por promessas? Ou, dito de outra forma, por que mentiram se não fosse para enganar o eleitor e conseguir o mandato? Alguns se atreverão a argumentar que entre a eleição e a posse do cargo as condições mudaram a ponto de forçá-los a reconsiderar suas prioridades: mas então por que, percebendo que seria impossível para eles cumprirem suas promessas, não renunciaram explicando essas razões? O eleito que conseguiu o mandato mentindo, se pensarmos um pouco, roubou pura e simplesmente os eleitores. Ele não lidou com nenhuma impossibilidade, simplesmente porque nunca pretendeu cumprir suas promessas. Ele recebe indevidamente emolumentos muitas vezes mais do que generosos e totalmente desproporcionais ao retorno esperado por seus eleitores.

O problema resume-se, portanto, à escolha que se faz entre o bem e o mal, entre a verdade e a falsidade, entre a virtude e o vício. Alguns dirão que essa escolha nem sempre pode ser maniqueísta, ouviremos falar de compromisso. Nesse caso, fazer um compromisso consistiria, portanto, em ceder um pouco de terreno ao vício para justificar ser menos virtuoso. Isso é aceitável? A resposta a esta pergunta é e permanecerá única para cada pessoa. Assim, cabe a cada um medir a extensão da sua própria responsabilidade pelas consequências induzidas pelas suas escolhas, para si próprios claro, mas também para os seus contemporâneos.

Isso deve levar todos a não apenas considerar “*como*” obter um determinado resultado; também devemos nos perguntar sobre o “*porquê*” que não é menos importante. Essa forma de encarar os problemas levará todos a soluções muito mais sustentáveis e, sobretudo, muito mais aceitas no longo prazo. Com efeito, certas escolhas podem ter consequências muito atrativas a curto prazo, mas a longo prazo não é raro que isso dê origem a arrependimentos muito amargos porque não teremos medido essas consequências tendo em conta certos parâmetros que se revelarão ser muito importante ao longo do tempo: diremos então a nós mesmos “*Se eu soubesse...*”, mas é claro que será tarde demais, e o dano poderá então ser



irreparável. Mas voltaremos a essa escolha entre vício e virtude com mais detalhes em um capítulo posterior.

## **Algumas definições**

Não se pode sustentar uma tese com um raciocínio que incluiria termos que foram desviados de seu significado. Assim, não se pode criticar honestamente a democracia na França na medida em que, na prática, a democracia não existe mais. Ela nunca existiu de verdade. O que se pode criticar, por outro lado, é o uso dessa palavra para designar algo completamente diferente, falar em democracia para designar um sistema oligárquico que nada tem a ver com os interesses ou desejos da população como um todo.

### **Estabeleça um acordo**

Qualquer ação de grupo requer convenções compartilhadas por todos. Assim, as palavras de uma língua são uma convenção, cada palavra deve ter o mesmo significado para todos para que as sentenças pronunciadas tenham o mesmo significado para todos. Não se trata aqui de contestar as interpretações de uns ou de outros, trata-se, antes de mais nada, de estabelecer uma convenção a partir de elementos já amplamente conhecidos, convenção que há que ter presente ao longo da leitura destas páginas.

Parece, pois, importante começar por definir certo número de palavras com base principalmente na

sua etimologia. Na França, assim como em outros países do mundo, temos o privilégio de usar a língua francesa, uma língua de considerável riqueza que permite que as sutilezas e as nuances exprimam com muita exatidão o que queremos transmitir. Cada uma das palavras que vão ser definidas aqui poderia individualmente ser objeto de um estudo completo, algumas delas, aliás, foram tratadas dessa forma em livros inteiros.

Podemos assim pensar na palavra *cidadão* que foi muito bem descrita de forma muito extensa numa obra de Louis-Albert Serrut em *De la citoyenne - Histoire et emergence d'un concept en mutation* publicada em 2016 pelas Éditions du Cygne.

A palavra *nação* foi tema de uma obra escrita por Ernest Renan no século XIX sob o título *O que é uma nação?* (1869).

Devemos nos deter, também, por um momento, na palavra *República*, ou *soberania*, e assim por diante, para algumas outras palavras, mas o propósito deste livro não é fazer um dicionário completo. A lista dessas definições será limitada a algumas palavras absolutamente essenciais para uma correta compreensão destas páginas.

Finalmente, não se trata de debater sobre a interpretação que se deve dar a esta ou aquela palavra, vamos estabelecer uma convenção para

fixar uma definição com base na qual teremos de acordar para um entendimento comum das palavras expressas. Assim, se alguém se referir a uma determinada palavra dizendo "*Não é nada disso que essa palavra significa*", deve-se enfatizar que a afirmação foi construída com base na definição dessa convenção e que, se outra definição for aplicada, então a afirmação assume outro significado que distorce o sentido da ideia assim expressa.

Veremos, portanto, algumas palavras de antemão, a partir da definição dada pelo Larousse<sup>1</sup> para estabelecer um sentido básico, o sentido no qual devem ser entendidas durante a leitura.

## República

Definição: nf (lat. *res publica* , coisa pública)

1. Regime político em que o poder é compartilhado e onde o cargo de chefe de Estado não é hereditário. *Aristocrático, República Popular* .
2. (Com letra maiúscula) Estado, país que possui esta forma de organização. *A República Francesa*.
3. *Velho. A coisa pública, o estado.*

Enciclopédico: apareceu no século VI Av. JC em Roma, o termo *república* é aplicado na Idade Média a certos regimes aristocráticos (em particular Veneza)

---

<sup>1</sup> *Le Petit Larousse* , ed. 1998.

antes de regressar, no século XVIII , a uma realidade mais democrática (Estados Unidos, França). Adotada por vários regimes políticos, a república não necessariamente induz a democracia (nem a democracia implica necessariamente a república)

É interessante observar a terceira versão que o Larousse apresenta e que é simplesmente a tradução do latim *res publica* de onde se origina a palavra *república*. Se, por prudência, desconsiderarmos a definição dada pelos políticos ou pela mídia e nos atermos a esta definição simples, então a perspectiva pode ser muito simples: em uma democracia, a república é, globalmente, a forma do instrumento administrativo com o qual uma população adquire para gerir os assuntos comuns, instrumento que está, portanto, ao serviço dos cidadãos. No quadro destas páginas, seria inútil deter-nos aqui no que poderia ser a república num sistema que não a democracia, cujo objetivo se resume no título desta obra: construir uma democracia.

## **Cidadão**

Ocorreu-me que essa palavra agora é usada como um adjetivo, um qualificador, como se falasse de uma bebida com gosto de café. Mas o que nos

interessa nesse caso é se é café ou, ao contrário, se não é, e a partir dessa certeza podemos então optar por consumi-lo ou não. Por trás dessa ideia pode transparecer algo pernicioso, que consiste em esvaziar a palavra de sua substância. Mas esta palavra é de fato um substantivo, não um qualificador. Você é um cidadão, por direito próprio, ou então não é: em si, isso corresponde a uma definição muito específica que deve ser colocada em seu devido lugar.

Definição: nm (da *cidade* ):

- Na antiguidade, uma pessoa que gozava de cidadania. *Um cidadão romano.*
- Pessoa que goze, no Estado a que pertence, dos direitos civis e políticos e, em particular, do direito de voto (diferente dos estrangeiros) .
- Sob a Revolução Francesa, denominação que os Sans-culottes substituíram, a partir de 1792, pelo de "*monsieur*", considerado aristocrático.

Observe a origem encontrada na expressão "*ter cidadania*", que se traduz como "*poder ser admitido em uma área específica*". O *direito de cidadania* é um conjunto de privilégios que acompanhavam a qualidade de cidadão de uma cidade antiga, de membro pleno da cidade.

É interessante observar o primeiro desvio que surgiu durante a Revolução, obviamente visando

menos a rejeição do sentido original da palavra do que a oposição a um status vinculado a um regime monárquico, ou seja, não se tratava de uma rejeição do fundo, mas da forma.

## **Elite**

É comum falar dos responsáveis pelas autoridades nacionais falando da “*elite*”. Na mente de todos, corresponde a esta imagem bastante simples:

Definição: nf (antigo particípio passado de *eleito*). Pequeno grupo considerado o melhor, o mais distinto. <> *Elite*: distingue-se por grandes qualidades. *Assunto de elite*.

Tendo em vista os números considerados no governo e nos órgãos de governo na França (e em outros lugares), parece que estamos muito longe da marca. Cada vez mais os políticos se distinguem claro, mas não pela excelência. Quantos deles são notícia nas seções jurídicas da imprensa, quantos fazem escolhas questionáveis e concretizam-nas apesar da oposição mais ou menos significativa da população e a despeito dos argumentos que lhes são opostos quando honestos promotores de uma solução justa seria capaz de apresentar um caso capaz de ganhar a grande maioria dos votos. E nem falemos dos escândalos financeiros ligados a

desperdícios vergonhosos ou das verbas totalmente injustificadas que são atribuídas a algumas destas figuras de má reputação à revelia dos cidadãos que, afinal, pagam a conta, mas que não têm voz na destinação desses fundos.

Na verdade, estamos muito longe do que todos esperamos de uma elite. Coloca-se então sem dúvida a questão da escolha das pessoas que entram neste círculo restrito, perguntemo-nos quem as nomeia e lhes confia responsabilidades que irão afetar toda ou parte da população. Com demasiada frequência, percebemos que tal ou qual nomeação foi feita por cooptação de alguns personagens já existentes e não por critérios de excelência em relação às responsabilidades a serem assumidas. Podemos também constatar que é, por exemplo, desta forma altamente questionável que a maioria dos candidatos a deputado é nomeada.

Pudemos presenciar tal farsa durante a indicação dos candidatos às eleições presidenciais de 2017: dois partidos políticos, um de direita e outro de esquerda, organizaram cada um uma espécie de pré-eleição para escolher qual candidato representaria esse partido nas eleições presidenciais. Claro que os candidatos a esta pré-seleção não foram nomeados pelos próprios cidadãos, vimos mesmo um dirigente sindical ser recusado de qualquer participação. Pior ainda, os



eleitores tiveram que pagar para votar. As quantias exigidas eram certamente bastante irrisórias, um ou dois euros, mas, multiplicadas pelos milhões de eleitores que participaram neste circo, constituíam, no entanto quantias muito substanciais nos cofres destes partidos para financiar a verdadeira campanha eleitoral presidencial que estava para acontecer. É claro que essas eleições preliminares imitavam as primárias americanas, mas não tinham absolutamente nada de oficial e, portanto, abriam as portas para todas as enganações imagináveis.

## **Nação**

Termo frequentemente usado em vez de "*país*", mas erroneamente se nos atermos à única definição dada pelo Larousse:

Definição: nf (do latim *natio* )

Grande comunidade humana, na maioria das vezes estabelecida no mesmo território, e que possui uma unidade histórica, lingüística, cultural e econômica mais ou menos forte.

No direito: comunidade política distinta dos indivíduos que a compõem e detentora da soberania.

Em suma, pode-se definir a nação como um todo formado por um território indissociavelmente combinado com seus habitantes. Um não anda sem

o outro na perspectiva aqui pensada. Mas, como também indica a primeira parte da definição, um certo número de elementos deve ser atribuído aos habitantes da nação: uma língua comum, que aliás permite compartilhar uma cultura comum, uma história comum ou mesmo histórias que outrora convergiram. Se tomarmos o exemplo da França, diferentes regiões tiveram histórias distintas, mas aos poucos, com a padronização da língua, ao longo dos séculos e de acordo com as conquistas em uma ou outra direção, essas histórias foram se juntando para formar uma só.

## **Democracia**

Provavelmente o termo mais desviado da atualidade, termo que deveria ser colocado em seu devido lugar.

Definição: nf do grego *Δημοκρατία* / *dēmokratía*, combinação de *δῆμος* / *dêmos* (o povo) e *κράτος* / *kratos* (autoridade, poder)

Sistema político em que o próprio povo exerce sua soberania, sem a intermediação de um órgão representativo (*democracia direta*) ou por meio de representantes (*democracia representativa*)

Autores muito eruditos escreveram livros inteiros sobre esse assunto, mas esse não é exatamente o

objetivo aqui. O fato é que, sem se estender por dezenas de páginas, o próprio significado desta palavra deve ser claro para todos e, acima de tudo, deve ser o mesmo para todos. O significado das palavras, já mencionadas na introdução deste capítulo, deve ser aceito por todos os membros da mesma comunidade para que todos entendam a mesma coisa quando um de seus membros fala, e isso será ainda mais importante quanto a ideia expressa repousa nessa definição. Voltaremos a isso mais tarde.

## **Constituição**

Falaremos aqui principalmente sobre o texto fundador da República Francesa, mas considere que isso também poderia valer para a Constituição de qualquer país.

Definição: nf (lat. *Constitutio* ).

Conjunto de textos fundamentais que estabelecem a forma de governo, regulam a relação entre governantes e governados e determinam a organização dos poderes públicos.

Esta síntese parece relativamente completa, porém, tomo aqui a liberdade de acrescentar alguns detalhes essenciais e necessários, ficando a definição então:

Conjunto de textos fundamentais que estabelecem a forma de governo, regulam a relação entre governantes e governados e determinam a organização, *as prerrogativas e os limites dessas prerrogativas* do poder público.

A Constituição deve, de fato, servir para controlar o poder e, portanto, para definir as funções e os limites dos vários elementos que constituem os poderes públicos. É também o conjunto de textos que estabelece as normas gerais sobre as quais devem assentar todos os textos legislativos e regulamentares que digam respeito à nação como um todo, aos seus cidadãos, bem como a qualquer pessoa não cidadã, mas residente no país, bem como pessoas jurídicas, como empresas ou todas as associações.

É a Constituição que determina as diferentes funções e a estrutura do poder público; por exemplo, define o papel do Presidente da República, do seu governo, do aparelho legislativo, dos tribunais de justiça, etc. não este último, e claro, os limites para além dos quais não se pode legislar.

Outro aspecto da Constituição é que ela deve ser de conhecimento de todos e, portanto, redigida de forma que todos possam entendê-la sem a necessidade de recorrer à perícia de um advogado versado nas sutilezas do jargão do judiciário.

Definindo o controle sobre as autoridades públicas, a Constituição não pode e não deve, em caso algum, ser escrita por pessoas no poder. Isso colocaria o editor *de fato em* um conflito de interesses, uma vez que é principalmente seu papel e suas prerrogativas que devem ser limitadas e regidas pela Constituição. Mas todos nós sabemos muito bem quais podem ser as fraquezas humanas e quão grandes podem ser as tentações quando um indivíduo está em uma posição de conflito de interesses. Se os próprios cidadãos escrevessem a constituição, os papéis no governo se tornariam muito menos atraentes para muitas pessoas que fizeram da política uma profissão lucrativa, pois se veriam na obrigação de prestar contas à nação e assumir as responsabilidades de suas escolhas, mesmo, nos casos mais graves, a incorrer nas sanções que resultariam do incumprimento das obrigações dos seus cargos.

## **Lei**

Definição: nf (lat. *lex, legis* ): Conjunto de regras legais, prescrições legais.

Estas são as regras que uma sociedade adota para permitir que todos vivam em harmonia. Claro que existem diferentes níveis de leis começando pela Constituição, visto acima, aos quais todas as leis devem obedecer.

Basicamente, a lei tem como primeira destinação a proteção do cidadão, o que veremos adiante em desenvolvimento mais detalhado.

## **Soberania**

Definição: nf

1. Autoridade final. *Soberania do povo* .

1. Poder supremo reconhecido ao Estado, o que implica a exclusividade de sua competência no território nacional e sua independência na ordem internacional, onde é limitado apenas por seus próprios compromissos. <>  
*Soberania nacional*: princípio do direito público francês segundo o qual a soberania, outrora exercida pelo rei, é hoje exercida pelos representantes do povo. – *Soberania popular*: princípio segundo o qual a soberania pertence, direta ou indiretamente, a todos os cidadãos. (Tradicionalmente oposto à *soberania nacional*, ele fundamenta a noção de referendo.)

Formulado de outra forma, podemos extrair um trecho de um artigo da Carta das Nações Unidas que fala do “*direito dos povos à autodeterminação*”. Dentro de uma nação, os cidadãos, ou seus representantes, dependendo da forma de seu sistema político, decidem o que podem ou não

fazer. Na França, quatro atributos da soberania do Estado são assim definidos:

- Emissão de moeda;
- Fazer as leis;
- Servir à justiça;
- Decidir pela paz ou pela guerra.

Se, portanto, uma entidade supranacional exerce um desses poderes no lugar de um Estado, este não pode pretender ser soberano. No entanto, num país que se pretende democrático, isso implica que os cidadãos já não têm o poder de decidir por si próprios sobre questões relativas ao poder assim confiscado. Se pegarmos o exemplo da França em 2018, o passeio é feito rapidamente:

- A moeda é o euro e pertence ao Banco Central Europeu com sede em Frankfurt, Alemanha, o BCE tem iniciativa exclusiva sobre a emissão e controle da moeda;
- Fazer as leis: o parlamento francês ocupa-se essencialmente de transpor para o direito francês as diretivas da Comissão Europeia, diretivas que, portanto, não são definidas por nenhuma autoridade francesa e muito menos pelos seus cidadãos;

- Restam apenas alguns fragmentos de justiça e, novamente, é aplicar a lei definida por Bruxelas e pelo Tribunal de Justiça da União Europeia.
- Como membro da União Europeia, a França está sujeita ao Artigo 42 do Tratado de Lisboa, que coloca os Estados da União sob a supervisão da OTAN, cuja sede é em Bruxelas, mas que, obviamente, é dirigida de Washington pelo governo dos EUA.

Em suma, a França perdeu a sua soberania desde a sua adesão à União Europeia: por isso os discursos dos políticos que evocam a nossa soberania sem aceitar a ideia de sair da União Europeia zombam abertamente de nós ou desconhecem completamente as leis e tratados que são atuais na França.

Outro exemplo igualmente edificante: no final de novembro de 2018, o governo italiano viu seu orçamento contestado pela Comissão Europeia, que chegou a ameaçar a Itália com sanções financeiras caso o governo de Salvini não revisasse seu orçamento para baixo para manter a austeridade política e ficar abaixo de um limiar de déficit definido por Bruxelas. Quem poderia então afirmar que a Itália é uma nação soberana?



Outro caso, desta vez na Suíça, no domingo, 25 de novembro, acontece uma votação eminentemente importante: uma iniciativa de autodeterminação. O site *admin.ch* apresenta a questão da seguinte forma:

*A iniciativa de autodeterminação oferece uma nova abordagem aos casos de conflito entre a Constituição Federal e os tratados internacionais celebrados pela Suíça. A ideia é a seguinte: se uma iniciativa popular aceita pelo povo está em conflito com um tratado internacional já concluído, a Constituição deve prevalecer (sujeito às regras imperativas do direito internacional, como a proibição da tortura). O tratado terá que ser renegociado com os Estados envolvidos, ou mesmo denunciado em caso de fracasso das negociações. Atualmente, em caso de conflito entre a Constituição e um tratado internacional, privilegia-se a solução, por via democrática. Na maioria dos casos, a mudança da lei por meio de um referendo opcional é favorecida.*

A questão da democracia é bastante óbvia e, de acordo com a escolha dos cidadãos suíços, haverá uma violação dessa democracia se as decisões de um juiz de um tribunal internacional forem contra a Constituição da confederação. Esta proposta foi rejeitada pelos cidadãos suíços, tendo o *sim* obtido

apenas um terço dos votos com uma taxa de participação inferior a 48%. No entanto, será interessante questionar sobre a legitimidade de um juiz de um tribunal internacional perante o Estado suíço se uma dessas decisões não levar em conta a Constituição suíça: como uma lei resultante de uma escolha popular pode ser contrariada por uma escolha vinda do exterior?

Podemos também, à margem desta questão tão importante, questionar um aspecto da política dos Estados Unidos que, em muitos casos, se recusa a assinar certos acordos internacionais que a maioria dos países ocidentais, no entanto, adotaram: pode-se, de fato, pensar que o primeiro objetivo dessa recusa não é reconhecer nem *a fortiori* admitir a competência de um juiz de uma corte internacional sobre a política interna americana.

Como leitor atento, você deve ter entendido que a soberania de um país como a França depende da saída da União Européia: mas isso de forma alguma proíbe ter relações diplomáticas e comerciais com outros países, ainda que distantes. Além disso, para acabar com a Suíça aqui mencionada, este país não é nem da União Europeia nem membro da OTAN, e, no entanto não é uma zona de desastre, longe disso, e os próprios cidadãos escolhem boa parte da política que eles querem ou não ver aplicada.

No entanto, essas trocas bilaterais devem ser realizadas de acordo com a política escolhida e decidida pelos cidadãos desses países, e não por tecnocratas que nem defendem os interesses de uma ou outra das nações envolvidas, mas de uma entidade colocando-se acima, sem sequer consultar os cidadãos interessados. Quando você mesmo deseja trocar com alguém, lhe ocorre deixar suas negociações nas mãos de um terceiro que decidirá o que você pode ou não aceitar? Apostamos que não. Se essa independência é válida no nível individual, por que não deveria mais sê-lo no nível de uma nação? E há um aspecto ainda mais chocante a considerar: para a União Européia, as nações pagam a essa entidade e recebem em troca uma restituição parcial desses valores com ainda, cúmulo da arrogância, diretrizes sobre como usar esses valores que também são bastante substanciais. É um pouco como me colocar acima de suas trocas com seus contemporâneos por uma taxa anual, digamos que eu exigiria de você 500 euros por ano, devolveria 400 euros chamando de subsídio e diria a você o que você *tem* o direito de fazer com esse dinheiro, com **o seu** dinheiro na verdade, caso contrário, eu poderia impor pesadas penalidades financeiras a você. Acrescentemos que também lhe pediriam que me agradecesse pela minha clemência. Em nome do que tal confisco da

independência e autonomia é aceitável? Você assinaria esse tipo de contrato?

Novamente, a questão é pura retórica, todos são livres para formular as suas próprias respostas para si mesmos com base em seus próprios valores morais.

## **Debate**

Pode parecer estranho ver esse termo definido aqui quando todos têm a sensação de que seu significado é, no entanto, óbvio. Mas é justamente porque esse termo vem sendo mal utilizado há anos, principalmente pela mídia que o utiliza de forma equivocada e completa. O que eles nos mostram na maioria das vezes não são debates, são disputas oratórias estéreis durante as quais ninguém tenta encontrar pontos de convergência entre os protagonistas, mas onde, ao contrário, cada um persiste em afirmar a própria opinião sem a menor consideração por opiniões opostas, mesmo que isso signifique denegrir as palavras dos outros. Esta observação é certamente esquemática, e talvez seja possível, pesquisando nos arquivos, encontrar verdadeiros debates, mas em todo caso, não é aí onde devemos esperar um verdadeiro debate.

Definição: nm

1. Exame de um problema levando a uma discussão, às vezes dirigida, entre pessoas de opiniões diferentes.
2. (Em oposição, com ou sem hífen) Indica que o evento está organizado para permitir a discussão. *Um almoço-debate* .
3. Conflito interno. *Debate de consciência*. <> pl.
  1. Discussão de um problema em assembléia parlamentar.
  2. Fase do julgamento durante a audiência em que é dada a palavra às partes e aos advogados.

A primeira definição aqui dada do que é um debate permanece inteiramente válida e parece suficiente. É na forma de abordar um debate que o termo foi pervertido ao longo dos anos. Na verdade, estamos conversando entre pessoas que defendem opiniões diferentes. Mas então é necessário considerar o que forma uma opinião, já que as dos protagonistas são diferentes.

A opinião de todos é formada ao longo dos anos. É primeiro com a educação recebida dos pais, depois com a instrução recebida na escola, depois na faculdade, possivelmente mais tarde na universidade ou nas grandes escolas, vem também

das pessoas que encontramos ao longo do tempo, livros que lemos, viagens que fizemos. Assim, ano após ano, construímos nossas opiniões sobre todos os tipos de assuntos. Mas como cada indivíduo tem seu próprio caminho, as opiniões de cada um são muito logicamente diferentes, às vezes apenas em detalhes insignificantes, às vezes de forma muito mais radical. Se aceitarmos este simples fato, então podemos considerar que um debate não deve consistir em afirmar a própria opinião, mas em entender em que base cada um dos interlocutores baseou a sua. Com efeito, as opiniões divergem porque sendo construídas sobre bases diferentes, só podemos chegar a soluções convergentes complementando o conhecimento de cada um. Um indivíduo terá conhecimento que outro não, e vice-versa. Quando falamos em *“levantar o debate”*, temos que entender que cada um vai ter que aprender com os outros, completar o seu próprio conhecimento. Aqui, novamente, a lógica pode levar um ou outro a rever uma posição sobre um determinado ponto.

É claro que debater com esse espírito não impedirá que um (ou mais) dos protagonistas permaneça de má fé, e veremos mais adiante um capítulo detalhado sobre a necessidade da virtude, mas todos podem ao menos verificar as afirmações de cada um, e poderá apresentar seus próprios

argumentos após análise. Além disso, um debate não implica necessariamente que uma solução será encontrada imediatamente e pode ter que se estender por várias sessões sucessivas.

Esse aspecto será desenvolvido um pouco mais adiante nestas páginas, pois os debates serão um dos elementos essenciais da ágora, ideia central deste trabalho.

## **Estado**

Este termo também é frequentemente usado em lugar de “país” como vimos acima com o termo “nação”.

Definição: nm (lat. *status*) (com letra maiúscula)

1. Dr. Entidade política constituída por um território delimitado por fronteiras, uma população e um poder institucionalizado. (Titular da soberania, personifica legalmente a nação) *Chefe de Estado, Segredo de Estado.*  
<> *Estado-nação*: Estado cujos cidadãos formam um povo ou grupo de povos que se reconhecem essencialmente nacionais de um poder soberano que deles emana e os expressa. – *Estado de direito*: Estado no qual as autoridades públicas estão efetivamente sujeitas ao respeito da legalidade por meio de controle judicial. – *Estado de bem estar social*:

Estado que intervém ativamente nos domínios económico e social, para prestar serviços aos cidadãos. - *Estado policial*: Estado que só se preocupa com a defesa, a polícia e a justiça. - *Questão de Estado*, que diz respeito ao interesse público; *fig.*, caso importante. - *Estadista*, que lidera ou liderou um estado. - *Golpe de Estado*: tomada ilegal do poder por pessoa ou grupo que exerça funções no aparelho do Estado. (Falamos de *golpe* em caso de golpe militar.) - *Razão de Estado*: consideração do interesse público em nome do qual se justifica uma ação.

## 2. Todas as autoridades públicas.

Se observarmos o início da primeira parte desta definição, juntamos a definição de nação acrescentando "*poder institucionalizado*". A segunda parte, mais concisa, parece uma boa simplificação. Ao longo destas páginas, entendo assim que este termo se refere a todos os poderes públicos, mais precisamente à administração pública, a todas as instituições e organismos constituídos para gerir o bem comum e as ações comuns.

No entanto, devemos ter cuidado porque a noção de "*poder*" pode levar a confusões: se considerarmos um regime democrático, este poder



pertence aos cidadãos e não ao Estado, sendo este último o órgão que o executa ao serviço dos primeiros.

## **Por que essas definições**

Parece fundamental lutar contra a língua de pau que substitui as palavras por outras. Quando uma palavra deixa de ser usada porque foi substituída por outra, geralmente é porque foi substituída por uma palavra que tem uma conotação positiva que o termo descartado não tem. Mas se não usarmos mais esta palavra, não poderemos mais pensá-la pelo que ela designa, e a outra palavra escolhida por seu lado positivo é usada propositadamente, tornando psicologicamente impossível qualquer disputa que tornaria a pessoa que a arriscasse em um personagem odioso que está lutando contra algo positivo. Não duvide por um momento que os especialistas em neurolinguística são mestres na arte de preparar os discursos adequados para fazer adotar as ideias mais detestáveis, obtendo a ovação de quem os ouve. O esquema é cruel, mas particularmente eficaz. E funciona nos dois sentidos, passando algo positivo por algo que é realmente negativo. Um exemplo característico é o salário: inclui, além do valor efetivamente pago ao empregado, as contribuições previdenciárias que permitem ter sistemas de saúde, um sistema de

pensões e certo número de outras coisas, e apresentadas neste. De qualquer forma, não há razão para reclamar, já que se trata de se preparar para amanhã que, de outra forma, podem ser difíceis para muitos. Mas se ao invés de chamá-lo de “*contribuições sociais*”, nós os chamamos de “*cobranças sociais*”, o termo **cobrança** evoca algo pesado, doloroso. Funciona tão bem que, quando um governo anuncia a redução dos impostos sobre a folha de pagamento, às vezes podemos assistir a manifestações de satisfação das pessoas cantando uma vitória. Nem sequer se apercebem que acabamos de cortar o seu salário e que se, no futuro, adoecerem, serão menos bem cuidados do que quando atingirem a idade da reforma, o valor que lhes será pago depois será reduzido em maior ou menor proporção. Outro exemplo, desta vez, ao contrário, visto em uma etiqueta na porta dianteira de um ônibus: “*Este veículo está equipado com um sistema de proteção por vídeo.*». Não faz muito tempo, ainda falávamos sobre um sistema de vigilância por vídeo. Mas a palavra *vigilância* tem um lado intrusivo que é mal recebido, principalmente por quem está sujeito a ela. Com uma retórica bem ensaiada, agora estamos falando de **proteção**. Quem poderia contestar a própria ideia de que queremos proteger o público sem ser vistos como sediciosos? No entanto, continua sendo a vigilância desse mesmo público. Acrescentemos

que a noção de proteção é muito menos incitante a interrogar-nos sobre os serviços que efetuam a videovigilância nem sobre as suas reais motivações.

O uso das palavras certas para designar as coisas certas é absolutamente indispensável, os desvios fazem parte de uma manipulação para enganar as pessoas envolvidas, geralmente todos nós.

# Vício, virtude e política

*Sem virtude, não pode haver  
democracia.*

Vimos anteriormente, na definição do que deve ser um verdadeiro debate, que a virtude em cada um dos protagonistas é um pré-requisito, devemos então definir o que são vício e virtude. Nesse caso, é útil observar certas características específicas de ambos. Este binômio aparece em toda parte de várias formas: o bem e o mal, a mentira e a verdade, o negativo e o positivo, o pior e o melhor, a corrupção e a integridade, o egoísmo e o altruísmo, a franqueza e a hipocrisia, e tantas mais. Permanece constante através dos tempos que o homem geralmente considera a virtude como aceitável ou mesmo louvável, enquanto o vício é quase sistematicamente rejeitado e condenado. E a razão dessa escolha não é difícil de entender, o vício tendendo a prejudicar o homem, a virtude, ao contrário, a beneficiá-lo. Alguém poderia se perguntar sobre a ideia, finalmente estranha, de que algumas pessoas possam preferir o vício à virtude. Porém, ainda falta a esta tabela o parâmetro de tempo, ou seja, o incômodo ou o benefício aparecerá a mais ou menos longo prazo. Assim, um indivíduo que almeja apenas um interesse de curto prazo não medirá suas escolhas nessa perspectiva, na medida em que encontra

muito rapidamente um interesse pessoal. Outro detalhe importante ainda está faltando neste esboço. Nunca vemos alguém com bom senso tentando prejudicar a si mesmo: alguém movido pelo vício prejudicará os outros para seu próprio benefício, enquanto alguém movido pela virtude buscará um benefício para todos, inclusive para si mesmo, tanto quanto possível, e nunca tentará prejudicar ninguém.

\*\*\*

Na política, em um mundo virtuoso, devemos definir escolhas que atendam às necessidades de todos ou, pelo menos, do maior número, para que a vida em comunidade ocorra, tanto quanto possível, de forma harmoniosa. O estabelecimento dessas escolhas requer confiar a poucos o mandato de executar essas escolhas. No entanto, surgem problemas quando aqueles com medo de perder o poder assim confiado a eles manobram de tal forma que não podem mais ser tirados dele. Os métodos utilizados são, portanto, altamente discutíveis: o princípio consiste em garantir que o maior número possível de pessoas valide a escolha proposta por esse agente. É então possível notar que os argumentos e o vocabulário utilizados sempre apresentam as coisas de forma positiva. É na análise que se percebe que as verdades enunciadas muitas vezes são truncadas e incompletas, ou têm

apenas aparência de verdade. Certas palavras empregadas têm uma conotação positiva para o ouvinte, mas são escolhidas no lugar de outras palavras que expressariam com mais precisão o verdadeiro objetivo, palavras escolhidas porque são sinônimos que todos podem interpretar e entender no sentido pretendido quando seria melhor ter cuidado ao ouvi-las.

Quando alguém diz a verdade, não precisa disfarçá-la, por outro lado, o mentiroso se esforçará para dar às suas palavras o aspecto de verdade. Se o falsário se esforça para disfarçar suas mentiras, é porque ele, como todo mundo, tem a necessidade de ser aceito pelos outros. Agora todos associarão naturalmente sua aceitação da virtude e sua rejeição do vício com o caráter mostrado pelo orador. Assim, o mentiroso será, com a mesma naturalidade, associado ao vício e será rejeitado. Se o mentiroso age assim, é porque quer ter ou receber algo que sabe que não pode obter se for óbvio que está mentindo.

## **Dificuldades em identificar a mentira**

Quem fala sempre a verdade não precisa fazer montagens engenhosas para tentar garantir seu grau de coerência. Os fatos provados permanecem incontestáveis, pelo que não há receio de que

alguém levante um fato anterior que demonstre a falsidade de uma afirmação que de fato estaria ligada a ele.

A primeira dificuldade consiste em identificar o caráter falso de uma afirmação. Portanto, é útil saber um pouco sobre a pessoa que você está ouvindo. Com efeito, quem mente deve manter-se consistente ao longo prazo se quiser manter o apoio daqueles a quem fala, o que implica ter cuidado para evitar contradições flagrantes com declarações anteriores. Mas quanto mais o tempo passa, mais a quantidade de mentiras se acumulando fica difícil de manter e principalmente de se ater aos fatos. Uma das técnicas dos mentirosos na política consiste, então, em saturar completamente as capacidades de pensamento do público. Para isso, os meios de comunicação de massa são uma ferramenta perfeita. Na televisão, os noticiários 24 horas despejam, num fluxo interminável, crônicas sobre o noticiário que repetem em loop permanente e que se renovam à medida que avançam, para que a audiência não tenha um único momento de pausa para refletir e analisar qualquer coisa. Torna-se então quase impossível estabelecer verificações cruzadas com outras informações mais antigas para identificar contradições.

Não é incomum observar no mentiroso o uso de palavras impróprias para expressar uma ideia, uma

palavra cujo verdadeiro significado é sutilmente desviado. Ele sugere um significado sem nunca expressá-lo explicitamente. Geralmente leva muito tempo para alcançar o resultado desejado. É, no entanto, extremamente eficaz e, em longo prazo, o público ouve o assunto tendo esquecido completamente o significado primário do termo assim manipulado. Podemos citar, por exemplo, as palavras “*educação*” e “*instrução*”, aparentemente sinônimas. Na França, sob o governo Herriot, em 1928, o Ministério da Instrução Pública mudou de título para se tornar o Ministério da Educação. Em 2020, todos falam em instrução usando a palavra “*educação*”. No entanto, essas duas palavras não têm o mesmo significado. Os pais educam seus filhos, os professores os instruem, os pais transmitem valores enquanto os professores transmitem conhecimento. Quando a escola, e portanto o Estado, se envolve na educação das crianças, ela usurpa as prerrogativas da família.

Observa-se, por vezes, uma variante sutil que consiste em acrescentar uma palavra que, em análise, é incongruente na formulação, mas fria apresenta o aspecto do senso comum. Tomemos um exemplo ouvido durante um período turbulento das eleições presidenciais dos Estados Unidos em novembro de 2020, quando uma fraude maciça é



descoberta em benefício do Sr. Biden. Ele disse em particular:

*“Suspeitas de fraude são um perigo para a Democracia”.*

Há uma espécie de reforço de algo que obviamente é rejeitado pela maioria das pessoas, nomeadamente a "fraude". Ao adicionar "suspeitas", as conotações associadas a este termo são deixadas agir, conotações negativas, é claro. Mas, na realidade, deve-se entender neste caso que essas suspeitas não são por conta do Sr. Biden, que é o próprio sujeito dessas suspeitas. Sua forma de se expressar sugere que fraude não pode existir no país e que levantar suspeitas é inútil e incongruente. No entanto, essas suspeitas são bem fundamentadas, a ponto de, poucos dias após a eleição, as evidências aparecerem e caírem como um colar de pérolas. O Sr. Biden não condena a fraude, mas a suspeita, o que não significa a mesma coisa.

Assim, chegamos a fazer amálgamas terrivelmente difíceis de erradicar das mentes das pessoas que foram aprisionadas. Tomemos por exemplo as palavras "governo" e "poder", palavras que tantas pessoas associam ao não se fazerem uma simples pergunta: "o poder de QUEM?" Poder sobre o quê ou quem?». No entanto, numa

democracia autêntica, um governo nunca está em condições de exercer qualquer poder sobre os cidadãos fora das prerrogativas que os próprios cidadãos lhe conferem, nomeadamente zelar pela boa aplicação e respeito por todos da lei, lei que é de forma alguma definida por este governo, mas pelos próprios cidadãos. Se falamos de cidadão, temos a obrigação de nos referir à origem desse termo, e, portanto, ao que ele representa em termos de direitos e deveres como vimos anteriormente.

A mentira mais comum sobre esse ponto no início do século XXI, e de fato desde a Revolução Francesa de 1789, é que a cidadania está ligada ao direito de voto. Claramente, explica-se que o cidadão pode, no máximo, designar o mandatário que votará em seu lugar. Mas há uma margem substancial entre votar e eleger. Elegemos um procurador, mas aprovamos a lei. No entanto, poucas pessoas fazem a diferença e acreditam, geralmente de boa fé, que indo às urnas para escolher um representante votarão quando, na verdade, elegerão.

No entanto, no atual sistema ocidental, é o representante quem define e vota a lei, supostamente em nome do cidadão, mesmo que este seja pouco ou nada consultado sobre o assunto. Não é uma democracia, nunca foi; é, na melhor das hipóteses, uma forma de aristocracia,

mas apresentada conjuntamente pelos políticos e pela mídia como *“uma democracia”*. A mentira, porém, foi tão bem engolida pelas populações que até ouvimos pessoas criticar a democracia por pensarem que o nosso sistema político é mesmo uma democracia. E, claro, nenhum desses censores se atreve a denunciar essa impostura. Quanto ao que os motiva a manter a população nesta enganação, pode-se pensar que é porque *“a sopa é mesmo boa demais para ser abandonada”*.

*“Quando a mentira pega o elevador, a verdade sobe as escadas. Porém, mesmo que demore mais, a verdade sempre acaba chegando!»*

Mais cedo ou mais tarde, o mentiroso é pego e a verdade aparece para todos verem.

## **Qual interesse real?**

Então surge uma pergunta que quase nunca ouvimos: se o projeto oculto é tão bom, por que diabos você iria querer disfarçá-lo em mentiras em vez de exibi-lo claramente pelo que é? Que justificativa poderia tornar a mentira aceitável? Mas o mentiroso nunca tem justificativa. Assim que é questionado, denigre, lança-se voluntariamente numa forma de inversão acusatória, como se o pedido não fosse legítimo nem pertinente. Os mais viciosos apresentarão uma vantagem coletiva à

escolha proposta, mas, em análise, muitas vezes a vantagem parecerá irrisória diante das desvantagens, até mesmo das vantagens muito maiores que haveria em rejeitar a opção proposta.

O mentiroso está sempre em vias de demolir tudo o que vai contra o que deseja alcançar, seja com mentiras, seja com verdades truncadas ou argumentos falaciosos. Ou então, o mentiroso se fará passar por vítima, seja de assédio, discriminação e o que mais for para passar por aquele que lhe pede justificativas para o vilão da história.

Todos os truques serão bons para o mentiroso se ele conseguir desacreditar aqueles que se opõem ao seu projeto de enganar os que frequentam as bolsas para, finalmente, desviar a atenção de seus enganos e obter o que lhe dá uma vantagem pessoal. .

## **Podemos nos defender dela?**

Talvez não seja inútil perguntar-se se realmente há razão para se defender dela. A verdade não precisa de justificativa. Os fatos comprovados falam por si. Podemos então estabelecer uma primeira regra fundamental: devemos ser irrepreensíveis e inatacáveis. Você não faz concessões ao vício, não se compromete introduzindo uma mentira aqui ou

ali, mesmo por razões táticas em um debate. A verdade sempre repousa sobre uma base estável de fatos comprovados e elementos que são unanimemente reconhecidos como verdadeiros. Portanto, fazer a menor concessão à mentira é nada menos que minar os fundamentos que estabelecem a solidez de sua construção argumentativa, é serrar o galho em que estamos sentados, porque a mentira acabará mais cedo ou mais tarde, sendo identificada e denunciada como tal, tornando todo o resto questionável. A própria credibilidade da pessoa será abalada, se não for pura e simplesmente destruída.

*"Se você disser a verdade, não precisa se lembrar de nada..." (Mark Twain)*

\*\*\*

Quanta confiança podemos depositar em uma pessoa que sabemos que já foi pega em flagrante mentindo? É uma aposta segura que muito poucas pessoas depositarão qualquer confiança em mentirosos conhecidos. Mas eles sabem disso. Eles também sabem muito bem que precisam dessa confiança para obter algo dos outros. Não é incomum ouvir aquele velho ditado: *"Confie em mim! sem acrescentar um motivo particular para justificá-lo.* Mas a confiança não pode ser solicitada. É essencial mostrar que se é digno, e todos o concederão com naturalidade se for o caso.

*“Até o Diabo pode citar a Bíblia para promover seus propósitos”*

A prudência, virtude cardeal importante, exige, no entanto, atenção. A confiança é mais frequentemente baseada em emoções. Mas é precisamente nessas emoções que um mentiroso confiará. Na política, por exemplo, as pessoas bajulam seu ego enfatizando o quão maravilhoso você é, ou fazendo você se sentir culpado: *“O problema se você não aceitar é que dezenas de pessoas vão sofrer”*, ou aquele tipo de argumento que geralmente mostra apenas um pequeno fragmento de verdade enquanto esconde cuidadosamente outras partes da verdade maior, sendo que a parte que falta provavelmente o dissuadiria de seguir com o pedido feito a você. Podemos citar um exemplo para ilustrar esse fato: por décadas, o código da estrada evoluiu e os limites de velocidade foram restritos. E não é raro ver um político se vangloriar dos resultados dessas medidas, argumentando que nos últimos 20 ou 30 anos o número de mortes em acidentes de trânsito caiu consideravelmente. O que isso não diz, no entanto, é que, no mesmo período de tempo, os fabricantes de veículos melhoraram significativamente a qualidade dos carros. Se para uma dada forma de acidente, um carro se deformou trinta anos antes como uma caixa de papelão, um

carro atual nas mesmas circunstâncias não se deformará da mesma forma, preservando infinitamente melhor a célula onde o motorista e os passageiros, grandes deformações ocorridas no resto do veículo. Como resultado, as pessoas serão mortas muito mais raramente. Além disso, uma comparação da aderência entre os dois veículos mostrará facilmente que o mais recente será muito mais difícil de envolver em certos tipos de acidentes. Portanto, é difícil negar que dirigir mais rápido pode ser um fator agravante, mas o fato é que, se levarmos em conta todos os parâmetros, o limite de velocidade é apenas uma pequena parte da redução de mortes no trânsito. E podemos acrescentar um elemento incriminador para os defensores dos limites de velocidade: e se, em vez de proibir as pessoas de ultrapassar esses limites, tivéssemos imposto aos fabricantes que restringissem a velocidade máxima dos veículos assim que saíssem da fábrica? Esse bloqueio técnico não seria, afinal, mais inteligente? Seria então totalmente inútil instalar qualquer radar nas auto-estradas, e muito menos nas estradas nacionais. Mas, como resultado, as multas por excesso de velocidade cairiam significativamente, o que seria um déficit bastante considerável para o estado. Os fabricantes de radar também perderiam um volume de negócios substancial. Em suma, se analisarmos a questão do ponto de vista financeiro,

é evidente que é mais vantajoso para alguns deixar as coisas como estão e aumentar a repressão nas estradas em detrimento do maior número.

## **Identifique o que é realmente importante**

A primeira linha de defesa contra o vício é, sem dúvida, o domínio da própria língua, o realce do verdadeiro significado das palavras e, a partir daí, o uso das palavras certas. No entanto, podemos observar que para chegar a esse ponto é preciso considerar o estado do sistema público de ensino que foi obstinadamente destruído por várias décadas. A linguagem é o veículo do pensamento. Alguns lutaram para que a população não tenha os melhores veículos e os reservaram para uso pessoal, a fim de ficar sempre na frente e nunca serem pegos.

Outra forma de pensar, provavelmente menos fácil de compreender, é a necessidade imperiosa de assumir a responsabilidade pelas próprias escolhas. Isso envolve pensar antes de fazer uma escolha. Muitos farão escolhas com base no que os outros podem sugerir que consideram mais capazes do que eles, em vez de fazer escolhas com base na reflexão pessoal. No entanto, um ponto importante a ter em mente, é preciso tentar antecipar as implicações de suas próprias escolhas, mesmo que



sejam baseadas em sugestões externas. Trata-se aqui de assumir as consequências das próprias escolhas, sejam elas boas ou más aos olhos dos outros. Podemos fazer más escolhas por engano, não há nada intrinsecamente censurável aí, o que seria censurável, por outro lado, seria fazer conscientemente uma escolha cujas consequências seriam prejudiciais para os outros. O mentiroso está perfeitamente ciente disso. Mas não querendo ser culpado, ele garante que ninguém perceba que sua escolha está errada, pelo menos até conseguir o que deseja.

É tudo uma questão de ser honesto consigo mesmo primeiro, independentemente do que as outras pessoas pensam. Isso não significa necessariamente que a escolha que fazemos seja boa, nem que seja ruim. Por outro lado, isso permite expressar uma opinião com mais conforto, fornecendo argumentos sem precisar consultar ninguém. Se confiarmos nas sugestões de outras pessoas, não necessariamente temos todos os elementos bem em mente para sustentar um debate, que pode se tornar muito embaraçoso para todos e não avançarmos, ou muito pouco. No entanto, um debate visa encontrar uma solução para um problema, uma solução que seja a mais satisfatória possível para todos.

Entre os desvios de palavras, podemos assim incluir a palavra “*debate*” que vimos anteriormente e que vestimos como o que é apenas uma justa oratória. Se esquematizarmos um pouco e lançarmos um debate entre o vício e a virtude, não é difícil imaginar que o vício usará todos os estratagemas ao seu dispor para parecer mais credível do que a virtude aos ouvidos de quem assiste às trocas, inclusive para tentar trazer virtude para ingressar em sua posição. Portanto, nunca devemos perder de vista que o vício não é fundamentalmente altruísta e só apresentará observações aparentemente altruístas, combinando-as com concessões ao egoísmo, geralmente muito sutilmente, fazendo com que este último pareça muito insignificante para se levar em conta. E, novamente, é preciso questionar as motivações que prevalecem por trás desses disfarces do vício como virtude: por que haveria de disfarçar o vício se ele é tão bom? E se ele não é, então o que ele está escondendo que não pode ser mencionado?

Um efeito perverso desse modo de operação é a dúvida persistente que pode animar algumas pessoas que vão questionar tudo o que é dito, seja verdade ou não. Mas se é bastante válido questionar uma falsa verdade, duvidar da própria verdade torna-se incongruente. Parece que essa

crescente desconfiança da verdade se deve ao fato de que a mentira está se multiplicando de forma significativa e sistemática. Quando a mentira o cerca por todos os lados, não há razão para se surpreender se você duvida constantemente de tudo o que lê ou ouve. Portanto, a verdade carrega o peso dessa suspeita, por mais legítima que seja, e deve aparentemente ser justificada para ser reconhecida e admitida.

*“Quando todo mundo está mentindo para você o tempo todo, o resultado não é que você acredita nessas mentiras, mas que ninguém mais acredita em nada. Um povo que não pode mais acreditar em nada não pode formar uma opinião. Ele é privado não apenas de sua capacidade de agir, mas também de sua capacidade de pensar e julgar. E com esse povo, se pode fazer o que quiser.»*

*Hannah Arendt*

Podemos então deduzir logicamente um princípio que convém a todos considerar com um mínimo de interesse: não se pode legitimamente aspirar à verdade se se permite a menor concessão à mentira por algum motivo . dita mentira parece. Um caso comum toma o humor como pretexto, mas na maioria das vezes só é engraçado para quem o expressa às custas dos outros. É de mau gosto e, em última análise, traduz o egoísmo de quem se

entrega a ela para satisfazer o seu prazer pessoal. No entanto, o egoísmo não é de forma alguma uma virtude louvável.

\*\*\*

*“Nem toda verdade é boa de dizer. »*

Embora seja inegável que mentir é prejudicial, também devemos admitir que a verdade pode ter efeitos nocivos se, em alguns casos, for exposta de forma grosseira. Essa será uma desculpa comum de quem não cultiva a virtude e, se disser toda a verdade, exporá seus vícios. A consequência será imediata e sem recurso, naturalmente será rejeitada.

Na política, nem sempre será sensato dizer qual é a verdade em um determinado momento por razões estratégicas, ou seja, os adversários podem ser fortemente tentados a usar o conhecimento de um fato para construir uma estratégia oposta e, assim, arruinar os planos armados. No entanto, não somos obrigados a mentir, podemos simplesmente silenciar sobre o ponto em questão e não ceder a quem insiste em saber os detalhes ocultos.

No entanto, essa questão de vício e virtude na política pode rapidamente se tornar uma questão crucial para um país inteiro. Se o vício tomar conta da política, o futuro de uma população pode ser bastante sombrio, os anos de 2020, 2021 e 2022

são uma ilustração bastante edificante disso ao redor do mundo. A política não é um problema em si, o que há que ter em conta, no entanto, são os valores que se colocam na definição das escolhas políticas, ou seja, nas orientações que os que estão no poder exercem e implementam. Mas de que poder estamos falando? Como já mencionado anteriormente, quem deve exercer esse poder, sobre quem ou sobre o que esse poder é exercido? Como justificar que um indivíduo decida o que outro indivíduo deve ou não fazer, dizer ou pensar? Além disso, quem atribui um determinado poder a um indivíduo? É ainda mais importante considerar esta última questão quando aquele que detém um poder, de uma forma ou de outra, arrogou-se para si ou obteve-o de forma fraudulenta, corrompendo pessoas capazes, para fornecer-lhe apoio suficiente para acessar o referido poder. Pode-se considerar justificado que um líder militar tenha o poder de dirigir as ações dos militares sob seu comando. Para uma boa coordenação e o sucesso das operações, é necessário que todos trabalhem na mesma direção. Mas vamos agora considerar o poder de um governo: sobre quem esse poder deve ser exercido? Cabe ao governo definir leis que se apliquem a todos os cidadãos? Uma amálgama demasiado comum faz-nos esquecer que o chefe de Estado é apenas... o chefe de Estado, e em caso algum o chefe do país, e muito menos o chefe dos seus

concidadãos. Está, pelo menos teoricamente, ao serviço dos cidadãos que lhe confiaram o mandato de administrar os assuntos comuns para todos. É nesse sentido que o termo deve ser entendido em uma democracia digna desse nome.

## A ágora

Então, aqui estamos agora no cerne da questão. A ágora é o instrumento por excelência da verdadeira democracia. Vimos anteriormente uma definição de democracia, mas podemos observar nessa definição a própria ausência dos termos *voto*, *eleição* ou *cédula*: por outro lado, notamos a palavra *soberania*, termo que significa "*quem tem autoridade para tomar decisões políticas*". Cabe, portanto, aos cidadãos definir as leis e não a determinados grupos ou indivíduos designados. Esses cidadãos debatem a necessidade de legislar sobre tal e tal ponto, apresentam e confrontam seus argumentos, definem os textos e votam em todos. Estamos muito longe das leis às vezes passadas às escondidas num hemicíclio onde alguns deputados se sentam quando os outros estão sabe-se lá onde. Todos nós, na França, vimos fotos da Assembleia Nacional, onde havia apenas algumas dezenas de deputados dos 577 que foram eleitos.

Falar de "*democracia representativa*" já é um oxímoro, um desvio da própria palavra na medida em que os representantes não são o povo, deveriam falar em seu nome, mas assistimos cada vez mais a abusos, a política dos Estados operando sob este regime ilustrou isso durante séculos. Da mesma forma, pode acontecer de ouvirmos falar em

“democracia participativa”: os espertinhos que um dia desenvolveram esse pleonasma sabiam perfeitamente o que estavam fazendo. É aparentemente muito positivo, convida todos a participar. Mas você já se perguntou o que seria uma democracia que não fosse participativa? Isso significa que a democracia *tout court* exclui qualquer participação, subentendido qualquer participação dos cidadãos? Aqui falaremos exclusivamente da democracia em seu sentido etimológico sem lhe atribuir o menor adjetivo.

Analisando, e observando um pouco a história, podemos perceber que com exceção de Atenas há 2.500 anos, ou até certo ponto durante o Renascimento com a República de Veneza, a de Gênova ou Florença – embora esta tenha sido mais de um sistema aristocrático do que democrático, mas a aplicação do sorteio já era uma forma que se aproximava da democracia – e alguns casos isolados do mesmo tipo, a verdadeira democracia nunca existiu realmente em lugar nenhum. Poderíamos, no entanto, citar o caso particular da Suíça, que usa um sistema de votação, referendos que podem ser organizados em certas circunstâncias e, portanto, acontece regularmente que os cidadãos suíços sejam consultados sobre um assunto ou outro, e o resultado é, portanto, implementado pelo governo. Isso pode causar



algumas preocupações: por exemplo, em 2014, os cidadãos suíços foram convidados a comentar sobre as regras de imigração para a Suíça de países da União Europeia. E os suíços dizem não, para grande desgosto das autoridades de Bruxelas, que teriam preferido que os cidadãos dos países da UE pudessem ir e trabalhar livremente na Suíça sem restrições. A decisão soberana do povo suíço obrigou, portanto, ao restabelecimento das cotas. Mas quem fora da Confederação Suíça pode reivindicar qualquer legitimidade para contestar esta escolha democrática e soberana?

O que é chamado de “*democracia*” na França hoje não passa de uma farsa. Disseram-nos que estávamos numa democracia porque tínhamos direito de voto e um governo representativo, mas na prática o cidadão nunca teve voz em matéria de legislação. Pior, o cidadão nunca teve voz na definição da Constituição, texto fundador de uma nação. Em vez disso, alguns retóricos conseguiram convencer o maior número de que esses textos deveriam ser escritos por “*sábios*”, os mesmos que, por uma curiosa combinação de circunstâncias, são então nomeados para governar. Aliás, este ponto já foi mencionado acima, se a Constituição, é principalmente um órgão de controle do poder, é escrita por pessoas no poder, estas se encontram *de fato* em um conflito de interesses, e não têm

interesse em promulgar regras muito restritivas para si mesmas, iniciando assim a enganação porque precisaríamos justamente que esse controle fosse obrigatório. Além disso, o uso de linguagem jurídica fora do alcance de muitos cidadãos não facilita a compreensão geral. Os sofistas entusiasmados explicam até que ponto esses textos representam o progresso social, fazendo com que todos acreditem que eles têm sua parcela no sucesso de sua elaboração. A arte da enganação é exercida ao máximo.

No entanto, não podemos dizer que a democracia não vale nada com base na imagem que é transmitida por essas práticas políticas que assistimos há décadas. Precisamos devolver o sentido a esta palavra e denunciar o engano. Acontece que ouvimos dizer que a democracia é uma farsa, uma observação errônea feita em relação à óbvia dicotomia entre o significado etimológico do termo e as práticas duvidosas que líderes inescrupulosos enfeitam com a palavra “democracia” usurpando a qualidade da *democracia*. Essa observação aparece quando esses líderes hipócritas mentem abertamente, quando o uso do jargão se torna sistemático e quando o tempo entre a fala e as ações é curto, não deixando tempo para que os cidadãos esqueçam completamente os termos do discurso enquanto os

atos já não têm, visivelmente, elos com o que foi anunciado.

## **O princípio geral**

No modelo global da democracia ateniense, a ágora é a assembléia de cidadãos que debatem e legislam, nada mais, nada menos. É claro que não vamos abordar todos os princípios da Grécia antiga, em particular certas restrições feitas às mulheres que não podiam participar, bem como aos escravos, uma vez que estes últimos não existem mais (oficialmente) em nosso país. Assim, para poder ser membro da assembléia, basta possuir o pleno gozo da própria cidadania. Podemos vantajosamente manter a regra do quórum, nenhum debate pode ocorrer se esse quórum não for alcançado durante as reuniões. Com isso, acabamos com o sistema de votos repassados às escondidas por alguns representantes dispersos quando os demais estão por toda parte, exceto onde deveriam estar para exercer seu mandato.

Nesse projeto, a lei deve ser instituída por todos os cidadãos que, afinal, terão que se sujeitar a ela. A própria definição das leis será tanto melhor compreendida e aceita pelo cidadão se este mesmo cidadão (em sentido amplo), ao escrevê-la ele mesmo, a conceber em seus próprios termos e não no jargão técnico que só os juristas entendem ou

interpretar sem que o cidadão necessariamente consiga entender as explicações.

No entanto, um desenvolvimento sobre a natureza da cidadania parece apropriado.

## **O status de cidadão**

Se nos ativermos ao significado original do termo "*cidadão*", não há razão para desviar seu significado, pois era usado para designar alguns dos membros da população na Roma antiga ou ainda em Atenas, indivíduos com a qualidade de cidadão, um Estado que lhes confere o direito de participar ativamente da vida política e das escolhas feitas para sua cidade ou nação. A verdadeira cidadania não se limita ao direito de colocar periodicamente um boletim de voto na urna, vai muito mais longe, pois representa uma voz livre para expressar uma escolha, uma opinião ou um argumento nos debates públicos que preparam uma decisão, afetando, em última análise, toda a população. Também pode significar que alguém pode ser chamado ao exercício de responsabilidades políticas ao ser designado para esse fim, designado aliás de uma forma ou de outra, seja por ocasião de eleições, por sorteio ou qualquer outra forma de designação eventualmente ainda por definir.

Cidadania não deve ser confundida de forma alguma com nacionalidade. A nacionalidade

depende geralmente da dos pais ou mesmo, em certos casos, do país de nascimento, se aí for aplicado o jus soli e se tiver descendência de país estrangeiro. Nem todos os países aplicam este jus soli: assim, a Suíça não concede a nacionalidade suíça aos filhos de pais estrangeiros. A França, por outro lado, aplica esse princípio. Mas esta nacionalidade por si só não permite a participação ativa na vida política do país em nenhum nível. Para isso, deve-se ter cidadania. O defeito atual reside no fato de que essa cidadania (pelo menos para a França) é adquirida implicitamente com a maioria se tiver a nacionalidade.

Outro aspecto da cidadania são, além dos direitos a ela inerentes, os deveres devidos à nação. Na Grécia antiga, o cidadão tinha assim obrigações militares, o que, afinal, não é incoerente se considerarmos a importância de ter que defender a nação. Nesta perspectiva, podemos lamentar na França a abolição do serviço militar. Este serviço foi certamente cada vez mais denunciado, sobretudo pelos interessados que para ele foram chamados. Além disso, eu pessoalmente não me lembro desta obrigação me ter sido apresentada como estando de alguma forma ligada à minha cidadania. Mas pode-se imaginar, sem causar espanto, que a cidadania esteja vinculada a um dever que consiste em defender a nação em caso de conflito, o que

implica um mínimo de preparo e treinamento em matéria militar. Talvez então, sendo este serviço apresentado sob este ângulo e assim aceite, a juventude do país já não tivesse a mesma consideração pelo exército. Podemos também imaginar outras formas de serviço para além do militar, por exemplo em hospitais ou outras possibilidades que ficariam por definir, que ao fazê-lo fosse possível alargar este serviço às mulheres requerentes de cidadania da mesma forma que os homens mas sem necessariamente ter que aprender a manusear armas, o que aliás abriria a porta da cidadania para os objetores de consciência. Aqui, novamente, são regras que poderiam ser definidas, debatidas e votadas em ágora pelos próprios cidadãos a serviço de sua nação.

A cidadania deveria ser considerada um privilégio, tornou-se uma ferramenta de escravização utilizada contra os cidadãos a quem hoje se explica que lhes dá o direito de voto para designar quem representará a nação. O resultado é espantoso: as campanhas eleitorais são na verdade campanhas de propaganda babando demagogia e jargões para promover candidatos indicados em comissão seleta por grupos ou partidos políticos que, na prática, nada têm a ver com o interesse dos cidadãos. No final, eles só representam a si mesmos e sua formação política uma vez eleitos. Isso deve,

portanto, voltar a ser um privilégio e, acima de tudo, ser considerado como tal por todos. É uma responsabilidade que ninguém deve ser obrigado a carregar, mas seria difícil aceitar que alguns pudessem usufruir dos privilégios que lhe são inerentes sem terem de se submeter às responsabilidades e obrigações intrínsecas.

Com tal abordagem, é concebível que muitos possam sentir algum medo. Deve-se então especificar que, além desses privilégios, há outro elemento, bem menos tangível: o trabalho na sociedade pode ou não conduzir os cidadãos à grandeza. Não estou nem falando de glória, sendo esta última mais frequentemente atribuída a um determinado indivíduo depois que ele realizou um ato fora da norma, mas grandeza, em graus variados, mas para todos. Ao fazer isso, toda a nação se levantará e será vista de fora como um exemplo invejável. Porque o que realmente torna grande uma nação não é a nação em si, mas seus cidadãos. Se os cidadãos forem medíocres, a nação será medíocre. Mas não vale a pena aprender tal objetivo para superar o medo dos deveres que incumbem ao cidadão? Não é preferível, portanto, querer transmitir às gerações futuras uma nação grande e justamente orgulhosa do que uma nação medíocre e sujeita aos interesses de alguns aproveitadores que não se importam com a

grandeza e não têm interesse pelos cidadãos apenas se houver um lucro substancial a ser feito?

Sem dúvida, podemos acrescentar um outro aspecto ao estatuto de cidadão: antes de tudo, deve ser conquistado, depois deve ser adquirido e não obtido tacitamente no dia da maioridade, da mesma forma que se obtém a nacionalidade no nascimento . E, claro, a cidadania também deve ser retirada. Para isso, é necessário, portanto, estabelecer regras segundo as quais ela pode ou não ser obtida e mantida. Assim, não seria sem sentido poder retirá-la de indivíduos que violam a lei, talvez com algumas nuances. Retirar a cidadania de quem acelerou demais o carro seria desproporcional, mas tirá-la de quem já foi condenado por furto, homicídio, desvio de patrimônio, abuso de poder e tantos outros casos referentes a vícios que a sociedade, pelas leis que estabeleceu, não pode tolerar ser perpetrado, não seria injusto e protegeria ainda mais a sociedade de escolhas políticas duvidosas . É certo que nem sempre conseguimos garantir escolhas criteriosas, mas se os cidadãos adquiriram seu status por meio de sua probidade, as chances de ver escolhas prejudiciais à sociedade serão significativamente reduzidas. E se aplicássemos tal princípio à classe política atual, seria o fim desses intermináveis debates sobre a aplicação de pena acompanhada



ou não de inelegibilidade para um eleito que teria sido preso e condenado pela justiça: privando-o automaticamente de sua cidadania, independentemente das penas previstas para o suposto ato, simplificaria a questão. Caberia então a ele, recuperá-la, mostrar realmente as virtudes que se esperam de um cidadão, e digo *“que se espera de um cidadão”* e não *“que se espera de um eleito”*. Não caberia aos cidadãos confiar nele a seu pedido e apenas com base nas promessas que faria, caberia a ele demonstrar por suas ações que voltou a ser digno da confiança da sociedade. E um mandato público que só pode ser exercido por um cidadão, com a retirada da cidadania acrescentaria então implicitamente a revogação do mandato vigente. A perspectiva de vê-lo de volta no cargo com um passado sujo seria definitivamente enterrada para o maior alívio e bem da sociedade como um todo.

Assim, caberia especificar a que corresponde esta qualidade de cidadão, como se adquire, como se pode eventualmente perdê-la, regras que deveriam, idealmente, estar consagradas na Constituição.

## **O tamanho da ágora**

Por mais que uma ágora fosse facilmente concebível em uma cidade-estado de 30.000 habitantes, especialmente excluindo escravos,

mulheres e não sei que outras categorias de pessoas, ela reduzia o número de cidadãos a uma pequena multidão que era limitada e mais fácil de gerir, de ter verdadeiros debates, pois isso apresenta dificuldades óbvias com vários milhões de pessoas espalhadas por um território de várias centenas de milhares de quilômetros quadrados.

Organizar debates cidadãos quando um país tem vários milhões é, à primeira vista, um desafio. No entanto, subdividindo o território em pequenas entidades, por exemplo, ao nível dos municípios, ou mesmo distritos para os maiores municípios, e utilizando técnicas modernas em geral e a Internet em particular, abrimos perspectivas muito interessantes para restituir todo o seu significado para a palavra *democracia*, bem como para restaurar o seu verdadeiro significado para a palavra *cidadão*. Para os municípios mais importantes, pode-se até imaginar subdivisões adicionais, por exemplo, uma cidade como Paris, Lyon ou Marselha, poderia dividir cada um de seus bairros em bairros cívicos. Ao fazer isso, nos aproximaríamos do que era a ágora há 2.500 anos, com cidades-estado como Atenas, com uma dimensão humanamente administrável. Claro que isto implica um sistema de coordenação quando os debates têm de ocorrer a nível nacional, mas trata-se de um detalhe técnico que sempre haverá tempo

para estudar muito mais a fundo uma vez aceito o princípio geral.

O principal interesse de tal divisão reside no fato de que a ágora local pode definir a política local, permanecendo a prefeitura um órgão puramente administrativo para a implementação das escolhas e decisões dos cidadãos do município. Assim como um debate deve se estender à escala da nação ou a um nível intermediário, um sistema de coordenação é essencial: em termos de ideias que vão nessa direção, haveria a possibilidade de rever completamente o papel do membro. Este último deixaria de ter quaisquer responsabilidades ligadas a esta função em termos de legislação, passaria a ser um coordenador entre as ágoras locais, primeiro ao nível das várias ágoras do seu círculo eleitoral, depois transmitindo aos seus pares para fazer passar a informação em todas as ágoras da área interessada, departamento ou país inteiro. E um último ponto sobre esse deputado: ele não seria mais eleito, mas sorteado. Assim, chega de campanha eleitoral, chega de propaganda e dado o número de cidadãos, pouquíssimas chances de ver um deputado renomeado ao final do mandato. O risco de corrupção da paisagem é, portanto, significativamente reduzido.

## **O funcionamento de uma ágora**

Um dos primeiros problemas colocados por tais montagens é o espaço que ocupam. Mas estamos no século XXI e poderíamos usar vantajosamente as tecnologias já comprovadas, em particular a Internet. Pode-se imaginar uma candidatura online à qual o cidadão se pode ligar, consultar os textos pendentes, os que estão em debate, os rejeitados, pode apresentar propostas ou alterações sobre a proposta do outro. As funcionalidades continuariam a ser definidas coletivamente; quanto ao aspecto técnico nesta fase, é completamente secundário.

Este ensaio não pretende resolver tudo, mas propor caminhos de reflexão que todos possam avaliar, analisar, apropriar, desafiar, e aos quais possam sugerir modificações; o objetivo de longo prazo continua sendo alcançar uma forma aceita pelo maior número. Pode-se imaginar também que cada prefeitura forneça aos cidadãos, que não estão conectados ou não estão familiarizados com os computadores, salas com equipamentos adequados que lhes permitam participar ativamente dos debates.

Para que os debates não sejam improvisos, seria também desejável que cada proposta ou alteração fosse apresentada num prazo a definir antes da reunião. Por exemplo, pode-se conceber a seguinte

ideia: um projeto de lei deve ser apresentado no máximo três semanas antes da assembléia. As respectivas emendas também devem ser apresentadas, mas, seguindo os textos básicos, devem ser apresentadas até 3 a 5 dias antes da reunião. A ideia destes prazos é torpedear os conhecedores do sofisma: tanto num debate oral improvisado dificilmente há tempo para uma análise aprofundada, tanto quanto havendo este prazo, sempre haverá alguém para despistar falácias e outros enganos. E não duvidemos nem por um momento que sempre haverá pessoas que se incomodam com a democracia, pessoas que trabalham para desviar seu próprio significado de dentro para auferir para si todos os benefícios possíveis, mesmo ouvidos em detrimento da sociedade como um todo.

## **O papel da ágora**

Alguns podem se perguntar que papel uma ágora poderia ter nas escolhas políticas da nação: praticamente todas as escolhas de legislação serão feitas pela ágora, seja a Constituição ou toda a legislação. Com tal estrutura, o executivo retoma a função que lhe corresponde ao nome: executa. Nenhum projeto de lei poderia mais emanar de um ministério: não se espera que um ministro imagine novas leis para poder aplicar sua própria política,

mas para implementar as leis decididas pelos cidadãos.

Nesta perspectiva, o Chefe de Estado assume uma dimensão não menos importante. Ele representa a nação perante os chefes de Estado estrangeiros, zela pelo respeito à Constituição, pelo respeito aos tratados, enfim, podemos retomar boa parte do que foi definido na Constituição francesa da Quinta República. Uma boa parte, mas não necessariamente tudo.

Um ponto em particular me parece importante sobre o chefe de Estado: ele não é o chefe do país, e menos ainda dos seus cidadãos, e convido todos a refletirem sobre esse aspecto.

Uma grande diferença relativamente às pessoas a quem são confiadas responsabilidades é que devem poder ser destituídas antes do termo do seu mandato, caso se verifique motivo suficientemente grave que o justifique. Por outro lado, sempre me questioneei sobre a pertinência de limitar o número de mandatos de um dirigente político: se ele se mostra competente, se é eficaz a contento de todos, por que razão haveria de ser proibido de continuar a exercer as suas funções talentos a serviço de todos? Essa limitação só faz sentido para os eleitos vistos sob a ótica da operação atual, ou seja, os eleitos escolhidos por uma comissão seleta

sem que os cidadãos se pronunciem, o que nada mais é do que um convite a todos os novatos. Estes, com efeito, devem ser coibidos, e seria até prudente garantir que lhes seja negado o acesso às responsabilidades que ambicionam, porque o seu objetivo é muito mais servir a si próprios do que ao serviço da nação. Posto isto, se considerarmos o princípio acima referido da pena de cassação da cidadania em caso de condenação, haveria um efeito dissuasor para estes novatos que gostariam de tentar a sorte. Mas isso implica um aspecto de cidadania, cada um deve então fiscalizar os responsáveis como leite na fogueira. Os textos devem certamente definir as funções, mas também as sanções a aplicar em caso de incumprimento dos deveres inerentes ao exercício de um mandato.

Vimos até que ponto as escolhas feitas pelos representantes podem, por vezes, revelar-se prejudiciais para os cidadãos, mesmo contrariando as promessas feitas durante a campanha eleitoral; este método vem acontecendo há séculos. Se quisermos crescer, todos precisamos aprender e nos tornar cidadãos plenos. O propósito fundamental da ágora é o respeito pela democracia. Na medida em que um texto deve afetar a vida de todos os cidadãos, todos esses cidadãos devem poder opinar e adotar ou rejeitar as opções propostas.

## O quórum

Novamente, isso é inspirado na ágora ateniense, que tinha um quórum de 6.000 cidadãos, um número abaixo do qual nenhum debate poderia ser realizado e, portanto, nenhuma votação também.

Seria perfeitamente coerente impor um quórum para os debates. Temos visto muitas vezes leis aprovadas na Assembleia Nacional onde apenas alguns deputados se sentaram, por vezes menos de vinte dos 577 que foram eleitos e, portanto, nomeados para representar os cidadãos. Este absentismo é inadmissível, algumas dezenas de deputados não podem pretender ser uma amostra verdadeiramente representativa do conjunto de uma população de mais de sessenta milhões de pessoas.

Com a ágora e o quórum dos cidadãos, essa questão não mais se colocaria, cada cidadão representando a si mesmo e não falando em nome de ninguém, além de si mesmo. Este quórum deve ser significativo, devendo o mínimo poder ser considerado uma amostra representativa da população residente no território abrangido pela ágora considerada. A opinião de especialistas em estatística pode ser um suporte útil para definir de acordo com a ágora em que número este quórum deve ser fixado, o número definido deve então ser



registrado no regulamento da ágora considerada, e também, é claro, pode ser revisado de acordo com as variações da população do território em questão.

## **O básico da lei**

Se partimos do princípio fundamental de que a lei é elaborada nas ágoras, então é preciso definir em que base ela deve ser escrita. No entanto, essa base deve ser, na medida do possível, homogênea para preservar a homogeneidade da nação. Portanto, esta lei terá necessariamente como base a Constituição.

Sobre esta vertente do projeto, vou apresentar uma ideia que convido todos a considerarem com o mínimo de interesse, mesmo que argumentos venham a enriquecê-la, ou mesmo que outros demonstrem a sua invalidade. Com efeito, mantenho como fonte de inspiração a democracia ateniense, que se baseou em grande parte nos textos de Sólon que serviram de base à sua legislação. Não vou me estender neste ponto, não é o assunto deste livro, porém a ideia continua válida. Poderíamos assim ter uma base que estaria acima de todos os textos sejam quais forem, uma base que definiria a regra das regras, a lei das leis.

Também me baseei em uma outra fonte de inspiração que não tem absolutamente nenhuma

ligação com história ou filosofia, pois é uma obra de ficção científica, e isso será o assunto do próximo capítulo.

Antes disso, gostaria de ressaltar um ponto importante: quando um projeto de lei emana de uma assembleia de deputados ou mesmo de um governo, ele foi elaborado por poucas pessoas, no máximo algumas dezenas, que imaginaram o texto e seus vários arranjos. Claro, os cidadãos não são consultados, mas a lei assim redigida será aplicada a todos uma vez votada e adotada. Mesmo que alguns cidadãos se interessem pelo projeto de lei em exame e levantem objeções válidas, este nem será considerado se essas objeções forem contra a política que o governo quer seguir. Isso ilustra o simples fato de que não se pode afirmar estar em uma democracia se o cidadão não tem voz.

Acontece que certas operações de consulta são lançadas por deputados ou senadores para convidar os cidadãos a discutir certos projetos: mas isso fica limitado a alguns projetos que não têm nada de crucial para a nação. A ágora resolveria esse problema: todas as leis deveriam emanar dos próprios cidadãos, cabendo ao executivo apenas aplicá-las sem discussão. Não é a ditadura do maior número sobre uma minoria, como disse certa vez em tom de brincadeira Pierre Desproges, são as instruções de um patrão (os cidadãos) aos seus

empregados (a administração pública). Só assim poderemos falar efetivamente de poder cidadão.

## **A lei das leis**

Poderíamos nos inspirar no princípio das três leis da robótica imaginadas por Isaac Azimov para projetar uma base legislativa destinada desta vez aos seres humanos, uma espécie de constituição das constituições, a lei das leis?

A ideia pode não ser tão maluca quanto parece. Convém de antemão se questionar sobre o que é a lei em sua essência. Para que serve a lei? Pensando bem, poderia resumir da seguinte forma: em uma sociedade onde o bem e o mal coexistem, a lei é definida para proteger a todos do mal, para que todos vivam em harmonia com todos.

As leis da robótica foram imaginadas por este autor para definir a base de programação dos robôs a fim de proteger os seres humanos de robôs que possam prejudicá-los.

## **As leis da robótica**

Originalmente, Isaac Azimov projetou três leis, a base do software para qualquer programação de um robô. Em sua obra *Le Cycle des robots*, acompanhamos as andanças de Daneel Olivaw, um robô humanoide ultrassofisticado que acompanha os humanos em suas conquistas pela galáxia. Encontramos esse personagem no ciclo *The Foundation*, e descobrimos no final desse ciclo a

introdução de uma lei zero, que, portanto vem antes das outras três, todas permitindo que os robôs protejam a humanidade contra robôs que de outra forma poderiam ser, em alguns casos, prejudiciais à humanidade.

Ao adicionar esta lei zero, as leis são, portanto, redigidas da seguinte forma:

- Lei 0. Um robô não pode prejudicar a humanidade ou, por sua omissão, permitir que a humanidade seja prejudicada;
- Lei 1. Um robô não pode ferir um ser humano ou, por sua inação, permitir que um ser humano seja ferido, exceto em violação da primeira lei;
- Lei 2. Um robô deve obedecer ordens dadas por seres humanos, a menos que tais ordens entrem em conflito com a primeira ou segunda lei;
- Lei 3. Um robô deve proteger sua própria existência desde que tal proteção não contradiga a primeira, segunda ou terceira lei.

O que podemos observar de imediato é que a ordem dos artigos também indica uma hierarquia, nenhum artigo pode violar o(s) anterior(es). Segunda observação, com quatro artigos simples,

protegemos efetivamente os humanos bloqueando claramente os robôs; em todo caso, é a ideia geral.

## **Uma adaptação**

Com base na proteção da humanidade de seus piores elementos, poderíamos adotar essa ideia para projetar uma base de leis tão simples quanto concisas como um preâmbulo para qualquer legislação, que de forma alguma poderia violar esse preâmbulo.

Um primeiro rascunho poderia ser assim:

1. A lei protege a sociedade e preserva a igualdade de todos perante a lei. Uma lei não pode prejudicar a sociedade em que foi estabelecida;
2. Nenhuma lei, decreto ou regulamento pode impedir as ações ou as escolhas de um indivíduo na medida em que essas ações ou escolhas não prejudiquem terceiros, direta ou indiretamente, e na medida em que esse dano, comprovado ou potencial, não tenha sido demonstrado conclusivamente. A lei protege o indivíduo e protege a sua liberdade desde que não contrarie o artigo 1.º desta lei;
3. A pessoa singular é obrigada a respeitar a lei em todo o território onde se encontra

estabelecida, desde que tal não contrarie o artigo primeiro ou segundo desta lei.

Questões éticas surgirão imediatamente. Assim, o segundo artigo diz quase implicitamente que uma lei pode permitir o dano a um indivíduo se, ao não fazê-lo, prejudicar a sociedade. Talvez seja apropriado enquadrar um pouco esse conceito, especificando que um indivíduo que, por sua ação, prejudica a sociedade poderia ser forçado por lei a cessar sua ação, ou mesmo ser sancionado ou forçado a dar uma justa compensação pelo dano causado.

É uma ideia geral, falta apurar e algumas mentes brilhantes se interessarão por ela quando outras lhe fizerem objeções, podendo os debates entre os dois levar à construção desta base para o maior benefício de todas as sociedades.

## **Uma definição necessária de alguns termos**

Algumas palavras devem ser imperativamente definidas com clareza para que nenhuma interpretação contraditória seja possível. Assim, a palavra "*dano*" poderia levantar uma série de questões. Então vamos voltar para a definição dada pelo Larousse:

“Prejudicar: verbo transitivo ind. (à)  
(do latim *nocere* ) 1. prejudicar, fazer

mal, causar dano a. 2. Constituir um perigo, um aborrecimento, um obstáculo para.”

Podemos, sem dúvida, também completar a definição da palavra *lei* vista anteriormente. O Larousse de fato evoca uma prescrição do Estado. Mas, fundamentalmente, é uma convenção, regras que se estabelecem coletivamente dentro de uma sociedade para que todos vivam em harmonia uns com os outros. No sentido da ideia aqui apresentada, cabe ao Estado apenas aplicá-la, e não definí-la, cabendo ao cidadão esse papel, numa democracia digna desse nome.

Assim, a lei certamente deve valer para todos e ser respeitada por todos, mas de saída também deve ser aceita por todos ou, pelo menos, pelo maior número possível. De fato, não podemos esperar obter unanimidade em uma prescrição, pois os poucos indivíduos que seriam proibidos de agir em detrimento de outros poderiam se opor a ela e, assim, bloquear o processo legislativo. Um dos princípios fundamentais dessa abordagem é o respeito ao livre arbítrio de todos. Porém, é claro que certas concessões são necessárias, cada indivíduo tendo seu próprio pensamento, e valores individuais que não necessariamente são os mesmos dos demais. A base legislativa deve,



portanto, concentrar-se no menor denominador comum de toda a sociedade considerada.

## **Qual é o papel da lei?**

A lei deve preservar e proteger a vida e a liberdade de todos. Posso ouvir algumas mentes cáusticas aqui evocando um paradoxo, porque isso significaria que um indivíduo não poderia ser privado de sua liberdade de ação seja qual for o motivo que justifique essa privação, como o fato de o indivíduo em questão poder prejudicar outras pessoas. Essa liberdade no nível individual não deve dar liberdade total a um indivíduo para invadir ou impedir a liberdade de outros.

Talvez então seja apropriado especificar que a liberdade é um privilégio, ou pelo menos pode ser considerada como tal, privilégio esse que deve logicamente poder ser retirado em caso de violação da lei.

Outros astutos evocarão os aprendizes de legislador e verdadeiros vigaristas que propõem leis pretendendo fazê-lo para o bem de todos, pretexto típico de políticos corruptos que procuram por meios tortuosos obter vantagens indevidas para si ou para os sócios dos quais, é claro, esconderiam a proximidade.

A lei é um desses elementos a desconfiar: “*O diabo mora nos detalhes*”. Com base nesse princípio tão antigo quanto o mundo, políticos sem escrúpulos se especializaram em multiplicar leis e emendas sem parar, conseguindo, sobretudo deixar perdido o cidadão em labirintos incompreensíveis. Ao fazê-lo, a lei tornou-se, ao longo dos séculos, reservada aos juristas, com sua própria linguagem obscura que apenas esses mesmos juristas entendem. Mas a lei, tendo que se aplicar a todos, deve ser escrita na linguagem de todos e capaz de ser claramente compreendida sem ambigüidade por todos também. Uma das conseqüências dessa necessidade é que uma verdadeira democracia só pode ser construída em uma sociedade que não descuide da educação pública. É de fato essencial ter o mínimo de educação necessária para se expressar adequadamente e compreender os textos que cada um elabora e adota. A esse respeito, é preocupante constatar uma queda de nível bastante significativa na França há trinta ou quarenta anos, e encontrar hoje jovens que fazem o exame de bacharelado sem saber escrever uma página sem erros de ortografia, gramática ou sintaxe.

Além disso, não há necessidade de legislar sistematicamente e o tempo todo sobre tudo e qualquer coisa, como podemos ver hoje nos parlamentos de muitos países. O que

imperativamente deve permanecer destacado é a responsabilidade do cidadão, perante a lei por um lado, perante os seus concidadãos por outro, e por fim - e, sobretudo - o referido cidadão deve assumir pessoalmente suas responsabilidades. Ora, assumi-las significa que todos devem medir as consequências de suas escolhas. Assim, torna-se necessário acabar com essa mania que se tornou tão comum de proibir tudo e qualquer coisa a pretexto de proteger a sociedade de indivíduos irresponsáveis e proteger esses mesmos indivíduos de si mesmos na medida em que eles claramente sabem o que fazem e medir claramente as consequências. A lei é uma questão de compromisso, mas deve ser aceita pela maior proporção possível da população à qual se aplica.

À proposta acima feita de "*lei das leis*" poderíamos então acrescentar um artigo:

*Uma lei é inválida se não for aceita por [uma grande maioria (a ser definida)] da população à qual se aplica, a menos que isso viole o primeiro, segundo ou terceiro artigo desta lei.*

Surge então a questão da proporção considerada válida para o voto de uma lei se aplicar ou não. Existem várias possibilidades:

1. Maioria simples, ou seja, 50% dos cidadãos inscritos mais 1;
2. A maioria qualificada, cuja proporção falta definir, por exemplo, dois terços, três quartos ou mesmo quatro quintos dos cidadãos inscritos;
3. Unanimidade, portanto todos os cidadãos inscritos.

Pode até haver variantes introduzindo a possibilidade de contar apenas cidadãos votantes em vez de cidadãos registrados, mas exclui-a *a priori* na medida em que introduz a possibilidade de abuso da abstenção, a que assistimos hoje na França. Explorar a abstenção tornou-se quase um esporte para muitos políticos.

Já podemos excluir a unanimidade também: seria uma opção de bloqueio e bastaria um único cidadão mal-humorado ou simplesmente defendendo valores amplamente minoritários para bloquear o processo. Além disso, é importante levar em conta que, como a humanidade contém certa proporção de indivíduos que são maus e prejudiciais aos outros, a unanimidade lhes convém bloqueando qualquer possibilidade de legislação contra eles, pois sua simples objeção colocaria fim.

Resta então a maioria simples e a maioria qualificada. Costumo favorecer a maioria qualificada: tratando-se de leis, se elas devem valer para todos, não podemos imaginar razoavelmente contrariar quase a metade dos cidadãos. Portanto, resta apenas uma maioria qualificada, e uma proporção de dois terços ou até três quartos me parece bastante racional. É razoável considerar que cerca de 80% da população pode favorecer naturalmente a virtude sobre o vício e que talvez 3 a 5% se inclinam para o vício. Não seria sensato colocar uma maioria qualificada muito alta, como 90 ou 95%. Se, por exemplo, estabelecemos essa maioria qualificada em 75%, e contarmos com 5% de pessoas más, isso deixa uma margem, uma espécie de buffer de 20% que exclui que pessoas más possam bloquear a aprovação de uma lei, e deixa certa margem para uma oposição que, sem ser fundamentalmente ruim, descobriria que um projeto não atende ao seu desejo de tomar certas liberdades com a virtude.

## **Uma base legislativa estável**

Mentes criteriosas terão notado, sem dúvida, uma busca por estabilidade e durabilidade na base legislativa para que seja sólida o suficiente para nunca ser questionada nas próximas décadas ou mesmo nos próximos séculos. Isto não impede de forma alguma uma evolução se, globalmente, as

mentalidades evoluírem e se os valores majoritariamente defendidos evoluírem ao longo do tempo. A partir daí, tendo os cidadãos o domínio da legislação, poderão fazê-la evoluir de acordo com suas convicções.

# Democracia e Soberania

Nenhuma democracia pode existir em uma nação que não goze de sua plena e total soberania.

*"[...] a questão da soberania é o fundamento da democracia. Ela funda a comunidade política, o que se chama povo, e define uma ordem política."*<sup>2</sup>

Isso pode parecer óbvio, mas a prática nos mostra que alguns países não são soberanos em casa e, portanto, não podem de forma alguma praticar uma democracia genuína, sendo as decisões tomadas por uma entidade supranacional. É o caso, por exemplo, de todos os países da União Europeia cujas decisões provêm da Comissão Europeia e, *a fortiori*, dos países da União que integram a zona euro desde que as decisões em matéria monetária e o controlo da moeda pertencem ao Banco Central Europeu e não aos Estados.

## Soberania monetária

Os atributos de soberania discutidos anteriormente incluem a responsabilidade de "*cunhar dinheiro*". Aqui vou expor uma teoria pessoal que sem dúvida fará muitos dizerem que

---

<sup>2</sup> *Soberania, democracia, secularismo* por Jacques Sapir, 2016, edições Michalon

sou um maluco, e fará gritar toda a esfera plutocrática, principalmente os figurões do mundo bancário. A opinião deles é indiferente para mim além da expressão e, especialmente neste caso, é irrelevante.

*"O primeiro dever de um rei é cunhar dinheiro"*

[Luís IX, rei da França, conhecido como Saint Louis]

Para entender claramente o significado profundo dessa necessidade, é necessário entender o que é o dinheiro, sua própria essência. E as explicações que se seguem estão muito longe dos discursos eruditos e muitas vezes obscuros dos chamados especialistas que se enfurecem na mídia.

Você pode encontrar todos os tipos de documentários sobre esse assunto, alguns interessantes, mas poucos, outros muito mais presentes, mas menos claros. Muitos são feitos por economistas ilustres. Geralmente, torna-se rapidamente obscuro porque é muito técnico. O orador cai rapidamente em complicações técnicas que perdem o ouvinte desinformado. No contexto atual, estou inclinado a pensar que é intencional. Amplamente difundidas, essas explicações abafam toda a população que, logicamente, perde o interesse pelo assunto, preferindo deixá-lo para os



especialistas. E, claro, esses especialistas geralmente vêm do setor bancário.

Mas os banqueiros não têm absolutamente nenhum interesse em que você entenda o que vou explicar aqui.

## **Por que se questionar sobre este assunto?**

Está ficando cada vez mais claro que o euro é atualmente uma moeda em péssimo estado. Esse sistema acabará, a curto ou médio prazo, explodindo em voo. Além disso, há pessoas que desejam sair dessa armadilha infernal. É o caso da UPR na França<sup>3</sup>, um partido político muito dinâmico que começa a ganhar certa dimensão. E no discurso da UPR há um elemento básico tão fundamental quanto fundante: saída da União Européia, saída do euro e saída da OTAN. O Sr. Asselineau, que preside este partido que fundou, explicou notavelmente em uma conferência em 2012 que todas as moedas plurinacionais ao longo da história acabaram entrando em colapso e desaparecendo.

O que me leva a falar sobre essa questão é que, se tenho um interesse definido na UPR, ainda assim tenho algumas ressalvas quanto ao discurso

---

3 Union Populaire Républicaine, partido político fundado em 2007 pelo Sr. François Asselineau, alto funcionário do Ministério das Finanças e defensor da saída da França da União Europeia, do euro e da OTAN.

monetário. O discurso sobre a saída do euro é muito claro, muito bem argumentado, sólido, não vou voltar atrás, remeto-vos às conferências do site da UPR, em particular as do Sr. Vincent Brousseau, doutor em matemática e doutor em economia, ex-membro do BCE e como tal, altamente qualificado para falar sobre o assunto; ele é um dos maiores especialistas mundiais em euro. Mas é o que se segue que é bastante vago. Nada indica que se trate de modificar o modo de funcionamento: isso significaria - não estou a afirmar nada, mas não encontrei a resposta - que continuaria o sistema que permite aos bancos criar dinheiro, que o Estado continuaria a viver a crédito, com a única diferença de que o Estado voltaria a contrair empréstimos junto do seu banco central. Mas gostaria precisamente de denunciar este sistema que é, a meu ver, uma grande farsa, é sobretudo a maior causa dos problemas deste país, como aliás o problema de praticamente todos os países do mundo durante séculos.

Então eu gostaria de explicar o que é o dinheiro, ou melhor, o que o dinheiro deveria ser. Não vou explicar como funciona atualmente, todo mundo sabe ou pelo menos tem uma ideia geral bastante justa. Em vez disso, gostaria de explicar como deve funcionar. E para começar, é imperativo entender completamente a própria natureza do que é o

dinheiro fundamentalmente. Este assunto é tanto mais importante quanto vem apodrecendo a vida da humanidade há séculos e enquanto não tivermos uma solução justa, equitativa, duradoura e sólida, as reformas políticas não serão apenas posturas vãs, e mesmo que haja melhorias pontuais, serão apenas períodos temporários antes de uma recaída em ataques repetidos.

## **Tipo de moeda**

Para mantê-lo claro e conciso, começarei com uma ilustração. Suponha que você esteja em uma ilha, uma pedra nua no meio do oceano. Não há nada além de você, o seixo sob seus pés e, em todas as direções, o oceano até onde a vista alcança. Oh sim! Você ainda tem uma coisa: uma pequena montanha de notas. Só que ali, não há absolutamente nada para comprar ou vender. E como esse dinheiro nem é comestível, a conclusão mais lógica é que esse dinheiro nem vale o preço do papel em que está impresso.

Vamos inverter as coisas para ilustrar uma situação diferente: desta vez você está no maior complexo comercial que possa existir, cercado por lojas lotadas de todas as mercadorias possíveis e imagináveis. Mas, para completar a inversão, desta vez você não tem um tostão no bolso. Resultado,

você não está mais avançado, o dinheiro teria valor desta vez, mas você não tem nenhum.

Qual é então o valor intrínseco do dinheiro: é a representação do valor das coisas. Só tem valor se houver coisas que possam ser compradas. Se as coisas existem, mas a moeda correspondente não existe, somos forçados a passar por um sistema de troca, que geralmente não é nada prático, torna-se completamente incontrolável na escala de um país. Assim como se houvesse dinheiro sem mercadoria, o dinheiro não vale absolutamente nada.

Basicamente, o homem trabalha para produzir o que precisa para trocar com os outros. Um produz o que comer, outro o que viver, outro ainda o que vestir, mobiliar, mover, etc. Mas se na escala de uma pequena comunidade de algumas dezenas de pessoas um sistema de troca é possível, ele simplesmente se torna uma dor de cabeça infernal na escala de comunidades de vários milhões de pessoas. Portanto, precisamos de um sistema que nos liberte dessas dificuldades e o dinheiro pode cumprir perfeitamente esse papel. Funciona muito bem, até o dia em que pessoinhas espertas percebem que é possível obter muito mais produzindo bem menos, ou mesmo não produzindo nada. Os banqueiros internacionais tornaram-se especialistas neste jogo.

## **Uma observação em todo o mundo**

Um aspecto que, em última análise, poucos percebem é a inversão de valores, ainda mais importante quando falamos de países com recursos naturais substanciais e, no entanto, com uma população que, em geral, vive em grande pobreza. Os governos desses países são baseados em teorias monetárias totalmente falsas, teorias que eles geralmente não entendem de tão complicadas. Esses governos devem, por exemplo, tomar empréstimos do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional para poder operar, o que é terrível. A ligação que deveria ser óbvia entre a riqueza real desses países e o dinheiro que os representa é cuidadosamente e completamente escondida. Este sistema tem funcionado por tanto tempo que, na mente da maioria das pessoas, tornou-se normal para todos. Consequentemente, as dívidas dos países a organizações como o FMI ou o Banco Mundial são, nesta perspectiva, totalmente ilegítimas.

No entanto, a riqueza não está no dinheiro: esse sistema de emprestar a um país para que ele explore seus próprios recursos e comercialize com seus parceiros é nada menos que um roubo. Este país deve pagar o empréstimo com o produto da

venda de sua riqueza. É o mundo de cabeça para baixo. Acima de tudo, isso destaca um fato patente: as organizações bancárias internacionais que emprestam *de fato se atribuem* a propriedade da riqueza ou, para ser mais claro, a roubam, alegando que estão fazendo um favor.

Não pense que você está seguro como indivíduo, é a mesma coisa quando você pede emprestado a um banco. De fato, quando você solicita esse empréstimo, o banco não tem o dinheiro correspondente: ele o cria do zero com um simples jogo de escrita. Ao fazer isso, ele se apropria pura e simplesmente do que esse dinheiro representa.

## **Dever soberano do estado**

Cabe ao Estado, seja sob a liderança de um rei, de um presidente de uma república ou mesmo de um primeiro-ministro de uma monarquia constitucional como, por exemplo, o Reino Unido ou o Canadá, gerir a quantidade de dinheiro em circulação. Ao contrário do que dizem muitos economistas, o dinheiro não é do Estado, é da Nação, ou seja, de todos os cidadãos. O Estado, neste caso, é apenas o administrador que deve emitir a moeda que falta e colocá-la em circulação, ou destruir os valores supranumerários.

## O orçamento do estado

Assunto espinhoso, se é, mas, novamente, não cabe ao estado decidir. Numa democracia digna desse nome, cabe aos cidadãos definir o que concedem ou não ao Estado. Claro que existe um risco, mas também é preciso entender que esse risco não é só do Estado: se não contribuirmos para o orçamento do Estado, o Estado não poderá prestar os serviços esperados. No entanto, certos serviços são essenciais para preservar a integridade, soberania e independência do país, a segurança dos cidadãos e as liberdades civis. Além disso, isso já está escrito na atual Constituição francesa. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, o artigo XIV é bastante claro neste ponto:

*Todos os cidadãos têm o direito de verificar, por si ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de a consentir livremente, de fiscalizar a sua utilização e de determinar a quota, a base, a recuperação e a duração .*

Ou seja, não é o Estado que decide sobre o seu orçamento, é o aparato legislativo que pode perfeitamente mandar o executivo revisar a sua cópia quando solicita determinado orçamento. E aproveito para sublinhar um ponto particular deste

artigo: “**consentir livremente**”: está fora de questão escravizar quem quer que seja para completar o orçamento do Estado.

Considerando tudo isso, me parece totalmente implausível que um Estado recorra a empréstimos para completar seu orçamento operacional.

Além disso, fico escandalizado ao ver o desperdício que existe com os fundos públicos, e tanto mais quando vejo certas despesas que de forma alguma deveriam ser da responsabilidade do Estado. Vou dar um exemplo: pudemos ver as façanhas dos cientistas quando uma sonda espacial enviada dez anos antes se aproximou de um cometa e enviou com sucesso um módulo de pouso para lá. A operação custou um bilhão e meio de euros. Tudo isso para recuperar e analisar a poeira do cometa. Todas as melhores razões científicas foram invocadas para justificar esta operação. De minha parte, não tenho absolutamente nada a ver com isso e absolutamente não concordo em participar do que, a meu ver, é um desperdício vergonhoso. Se esses pesquisadores encontrarem patrocinadores dispostos a financiá-los com recursos próprios, tudo bem para mim, mas que o Estado decida participar colocando dinheiro público, isso me escandaliza ainda mais porque o retorno para os cidadãos é praticamente nulo.



A mesma coisa para um conjunto de telescópios na América do Sul, no norte do Chile no deserto do Atacama, mesmo orçamento mais ou menos, tudo isso para estudar nebulosas a não sei quantos milhares ou mesmo milhões de anos-luz daqui ... Pelo quê? Que retorno para quem paga? Nada! Faremos belos documentários para vocês sobre Arte ou National Geographic, sem dúvida haverá publicações acadêmicas em revistas científicas, talvez renderá mais algumas linhas em livros de ciências na escola, mas por esse preço, desculpe, discordo absolutamente.

Por outro lado, acho totalmente implausível que nosso exército praticamente implore por um orçamento decente para manter ou renovar seu equipamento, e é ainda pior com a Justiça que está totalmente desnutrida. Os dois últimos, porém, são deveres soberanos do Estado. Assim, o financiamento de sondas científicas espaciais em detrimento da defesa dos cidadãos ou do território, é enquadrado como falta profissional grave e deve ser sancionado com a maior severidade pela Assembleia de Cidadãos.

Mas estou me aquecendo e divagando, vamos voltar ao dinheiro. A sua criação é, portanto, da exclusiva responsabilidade do Estado. Cabe, portanto, ao Estado realizar uma contabilidade completa para determinar quanto dinheiro deve ou

não estar em circulação. Se sobrar, o excedente deve ser retirado e destruído, se faltar, o que falta deve ser emitido para colocá-lo em circulação.

Restaria definir os métodos dessa contabilidade, bem como os mecanismos de circulação ou retirada, mas isso permanece um problema de natureza técnica relativamente secundária nesta fase. Se os especialistas atuais colocarem a mesma energia e o mesmo gênio trabalhando em mecanismos de acordo com o método aqui proposto, não tenho dúvidas de que podemos ter um sistema provavelmente menos complexo e muito mais eficiente que o atual. está ao serviço do cidadão. O mais importante é que cada cidadão compreenda plenamente os princípios gerais sem ter que embarcar em um doutorado em economia. Consequentemente, qualquer tentativa de reforma ou proposta de reforma na lei cambial e financeira que envolvesse uma tentativa de peculato seria rapidamente detectada e denunciada pelo maior número, e quem fizesse tal proposta deveria ser severamente sancionado desde que a lei tenha definido penalidades para tal tentativa de desvio.

Também seria apropriado, para coroar isso, que os textos que permitiam aos bancos privados criar dinheiro de mentira fossem pura e simplesmente revogados. Se um banco privado quiser emprestar dinheiro, ele só deve poder fazê-lo com seu

patrimônio existente, e isso deve poder ser verificado a qualquer momento pela administração pública. Claro, alguns vão me dizer que é um absurdo: que eles apresentam argumentos sólidos e verificáveis que todos podem entender para refutar essa abordagem e então podemos discutir. As pessoas vão me dizer que os bancos vão falir: e daí? Neste caso, são nacionalizados, garantindo aos depositantes que o seu dinheiro não vai evaporar, mesmo que isso signifique apreender os imóveis do referido banco para cobrir os seus prejuízos, não cabendo aos cidadãos pagar pelas manobras fraudulentas dos "banqueiros". E as sanções contra um banco que empresta mais do que possui deveriam ser as mesmas aplicadas aos falsificadores. Eles nos roubam há séculos, o princípio dos custos para os cidadãos e benefícios para os banqueiros, que começa a ser suficiente, parece-me. A aplicação do método islandês, que consistia na prisão de donos de bancos falidos fraudulentamente, não me parece uma injustiça.

## **Intercâmbios internacionais**

Aqui, novamente, ouvimos todos os tipos de teorias econômicas, das mais sérias às mais excêntricas, passando por um número significativo de variantes intermediárias. E como primeira objeção à ideia de sair do euro, obviamente será

apresentada que perderíamos essa simplicidade para ter que passar por taxas de câmbio e complicações.

Mas, curiosamente, nunca vamos explicar que tudo isso não passa de um monte de bobagens por causa de um ponto básico que evitamos cuidadosamente enfatizar: entre dois países, não trocamos moeda, trocamos produtos e serviços primeiro. Meu país precisa de um produto que um país vizinho oferece para venda. Acontece que ao mesmo tempo ele precisa de outro produto que meu país oferece. Em outras palavras, vamos negociar. Para simplificar essas trocas, teremos que usar uma moeda e o que é bastante comum atualmente é basear essas trocas com o dólar americano. Mas a desvantagem do dólar americano é que, em princípio, não tem curso legal fora dos EUA. Um segundo defeito é que, dependendo da cotação do dólar na bolsa, um país pode encontrar dificuldades para importar ou exportar mercadorias. Poderíamos então imaginar um sistema de moeda internacional estritamente reservado para trocas entre países. Cada moeda local corresponderia a um valor nessa moeda internacional, mas não seria possível ter conta bancária nesta moeda, e esta não poderia em caso algum ser utilizada em negócios pelos cidadãos. A ideia é bastante fragmentária e certamente poderia ser bastante expandida e

refinada. Mas, basicamente, poderíamos contar com um valor padrão para definir uma taxa de câmbio entre a moeda de um país e essa moeda internacional. Por exemplo, poderíamos calcular o valor do ouro de acordo com os preços dos países em questão. Suponha que tomamos o preço de uma unidade de ouro que valeria, por exemplo, 100FF, 110\$US ou 95£: graças a um mecanismo de contabilidade relativamente simples, podemos estabelecer o preço de um produto destinado à exportação em um valor em moeda internacional. Um órgão público internacional ajustaria as taxas de câmbio aos valores locais.

Uma ideia subjacente a esta moeda internacional seria a de abstrair-se das cotações bolsistas das moedas nacionais que não tem sentido na medida em que se destinam essencialmente à especulação que não reflete nada de tangível a não ser jogos bolsistas entre tubarões financeiros. E com isso em mente, nenhuma moeda deve ser listada em uma bolsa ou ser negociada para fins especulativos. Resta também definir o método de controle cidadão da organização de intercâmbio internacional aqui sugerido.

## **Poupança**

Quando economizamos dinheiro, bloqueamos uma quantia correspondente a coisas que, portanto,

não podem mais ser trocadas. Não recomendo parar de economizar para um período posterior, mas essas economias não precisam ser monetárias. Todos podem adquirir objetos de valor que podem ser revendidos posteriormente ao fazer uma compra maior. Isso pode ser feito, por exemplo, comprando moedas de ouro ou prata, ou mesmo terrenos, imóveis ou o que for, mas o que deixamos de lado são coisas, não dinheiro.

Alguns espíritos provocadores talvez me digam que, de acordo com o esquema proposto, o dinheiro correspondente a essas coisas postas de lado permanece em circulação e, portanto, como essas coisas não estão à venda, há um excesso de dinheiro em circulação. Devo admitir que é um problema, ainda não encontrei um mecanismo para anular os efeitos perversos. No entanto, se o princípio básico que consiste em deixar o dinheiro circular é aceito, então é necessário encontrar um mecanismo para contrariar o efeito perverso assim gerado, não há dúvida de que mentes mais brilhantes do que a minha podem apresentar idéias tão simples e claras, válidas e compreensível por todos.

## **Como os bancos poderiam sobreviver?**

Neste contexto, provavelmente muito mal. Mas, como mencionado acima, os bancos nos roubam há séculos e esse mal deve ser interrompido. Os serviços bancários deveriam ser prestados pelo Estado sob o controle dos cidadãos, o que, aliás, simplificaria as operações contábeis da administração.

O sistema bancário privado simplesmente explodiria. E daí? Um pequeno punhado de bilionários teria que assumir a responsabilidade e devolveríamos a vida de dezenas de milhões de pessoas presas em dívidas; a troca não me parece injusta. Quanto à transição, ela não é nada complicada: assim que os textos sugeridos acima forem promulgados, os preços das ações de todos os bancos privados entrarão em colapso. Todos eles lamentariam a miséria e implorariam por um resgate do Estado: mas aqui, é simples, o Estado os compraria de volta por um franco simbólico e, para usar uma expressão de Frédéric Lordon, os pegaria "com uma pá e uma pequena vassoura". Fora os Rothschilds, Goldman Sachs e outros Rockefellers, eles engordaram o suficiente sem dar nada em troca.

## Algumas consequências?

Não há dúvida de que o estabelecimento de uma organização verdadeiramente democrática teria consequências muito significativas na vida cotidiana de todos. No entanto, não é certo que seja uma grande reviravolta, mas a maneira de pensar de muitos poderia melhorar notavelmente para o benefício de todos.

Uma das principais consequências de tal sistema será o virtual desaparecimento dos partidos políticos como os conhecemos hoje. A noção de esquerda ou direita não terá mais lugar no discurso e, refletindo, não fará mais sentido. Não falaremos mais de oposição ou maioria, falaremos de “*cidadãos*”, de todos os cidadãos, de sua vontade comum. Isto não impedirá de forma alguma a constituição de think tanks que tentarão influenciar as escolhas em fóruns públicos, mas as escolhas feitas em último recurso nas ágoras, serão retidas apenas as melhores ideias pelos cidadãos. Mas todos nós sabemos que, seja qual for a parte do cenário político de onde venham as ideias, pode haver ideias boas e ruins em qualquer lugar. A questão a colocar não será saber de quem emana, mas se a ideia, após uma análise aprofundada, é válida, visa o serviço de todos os cidadãos ou se



visa os interesses de uns poucos que querem monopolizar mais privilégios do que os outros.

## **Que objeções?**

Claro, espero que essas ideias sejam contestadas, e já podemos identificar uma série de objeções para as quais tentarei fornecer algumas respostas.

### **O cidadão comum não é qualificado**

Este é um velho recorte proposto por esta chamada elite que não suporta ver pessoas comuns andando no que definiram como seu quintal. Essa afirmação é desdenhosa para a maioria da população e denota um egoísmo exacerbado entre aqueles que a expressam.

Estou bastante preparado para admitir que algumas pessoas não têm capacidade intelectual suficiente para assumir as responsabilidades aqui descritas: mas, por um lado, essas pessoas são apenas uma minoria muito pequena, por outro lado, a maioria das pessoas tem toda a capacidade de aprendizagem necessárias, e essas pessoas aprenderão com tanto mais disposição se tiverem em mente um objetivo amplamente compartilhado pelo maior número e para o benefício de todos, incluindo eles, é claro.

## **As pessoas não têm tempo para política**

Novamente, essa objeção não vai longe e emana das mesmas pessoas citadas sobre o assunto das qualificações, com o mesmo desprezo de classe. Há que pensar num outro plano, nomeadamente trabalhar e pensar em conjunto: ninguém mudará as coisas sozinho, mas se cada um trazer a sua pedra para o edifício, por menor que seja a pedra, o número permitirá construir muros ciclópicos.

Não se trata de legislar a todo custo sobre tudo e qualquer coisa e sentar-se todos os dias. No nível municipal, pode-se muito bem imaginar uma assembléia mensal, ou mesmo a cada dois meses, para debates em escala nacional.

Uma ilustração que por acaso expliquei em outro lugar sobre esse ponto é o tempo que muitas pessoas gastam em coisas insignificantes, por exemplo, na frente da televisão, distrações tão insípidas quanto vazias de conteúdo do tipo *reality show* e outras bobagens do mesmo nível de mediocridade. Realmente sendo muito otimista, digamos que sejam duas horas por semana. Agora imagine que metade desse tempo é dedicado à ágora por um total de 40 semanas por ano, se os períodos de férias forem retirados ou em caso de doença ou qualquer outra obrigação que não

permita uma participação ativa na vida da cidade. Se contarmos 45 milhões de cidadãos, isso já dá um total de 45.000.000 multiplicado por 40 semanas, ou 1.800.000.000 horas (um bilhão e oitocentos milhões): tenho a fraqueza de acreditar que tal duração deve permitir lidar com certo número de questões importantes sem que isso impeça o cidadão de ter uma vida normal.

Estes números devem, obviamente, ser vistos com cautela porque não têm em conta o tempo que cada um dedicará pessoalmente à reflexão sobre os assuntos tratados fora da reunião, por exemplo, o tempo para consultar os textos ou as alterações apresentadas ou mesmo a elaboração de um projeto com vistas ao depósito de um texto. E também não tenho dúvidas de que o número de pessoas que enviarão textos não será maioria. Todos terão que dedicar um pequeno mínimo de esforço, é mesmo assim o preço da cidadania e, a longo prazo, da liberdade, não é caro pagar. Em vez de ser apenas um espectador da vida pública, trata-se de ser um ator dela.

Finalmente, nesta questão da disponibilidade, os proponentes do sistema atualmente em vigor garantem que o maior número possível de pessoas tenha muitos problemas para ter tempo para cuidar de coisas sérias. Mas se essas pessoas não tiverem mais as alavancas do poder, esses problemas

também desaparecerão gradualmente, liberando assim o tempo, parte do qual pode ser vantajosamente dedicado à vida cívica.

## **Tal projeto é completamente utópico**

Talvez fosse útil definir o termo *utopia*: “*Projeto cuja concepção é impossível, projeto imaginário*”.

No contexto atual, essa objeção só pode vir de duas categorias de pessoas: os que se resignaram e chegam a se recusar completamente a lutar para melhorar sua sorte, convencidos de que o "hooliganismo" já ganhou partido e que é impossível voltar atrás; e aqueles que especialmente não querem ver tal estrutura social acontecer porque os jogaria fora do pedestal de papelão que construíram em detrimento de todos e para seu único benefício. Os primeiros já não têm vontade própria, os segundos têm uma para uso próprio e recusam os outros.

Essa objeção também é típica daqueles que recusam qualquer debate sério, por falta de argumentos, denigrem e avançam com afirmações peremptórias, na maioria das vezes sem fundamento sério para sustentá-las.

Alguns não ousam sonhar com uma sociedade ideal pela única razão de que foi firmemente

ancorado em suas cabeças que era impossível; mas para esses, tenho uma pergunta a fazer: por que seria impossível? Que elemento tornaria essa construção impossível e por quê? E devo insistir em um ponto em particular: responda de acordo com **a sua** opinião e não com o que você acredita que a maioria das pessoas pensaria, dê a sua opinião, não com o que você supõe dos outros. Estas perguntas são obviamente puramente retóricas, cabe primeiro a você fornecer sua própria resposta.

## **É preciso muita gente com um mínimo de formação para liderar o país**

Mais uma vez, deve ser feita uma distinção entre aqueles que realmente fazem as escolhas políticas e aqueles que devem implementá-las. Não há dúvida de que para ocupar os ministérios e dirigir os diversos órgãos administrativos é necessário contar com pessoas formadas e educadas para o efeito. Mas, como mencionado anteriormente, o executivo não tem que fazer as escolhas, mas sim implementar as escolhas dos cidadãos: este é o coração, o próprio fundamento da democracia.

Aliás, nesta perspectiva, a escolha do Presidente da República por sufrágio universal poderia ser posta em causa. Não consideraria designá-lo por sorteio, mas parece-me que, neste caso, a

ignorância que temos sobre pessoas deste nível dificilmente nos permite fazer uma escolha informada. Se somarmos a isso o funcionamento das campanhas eleitorais, há razão para nos perguntarmos sobre a relevância desse mecanismo.

Em essência, o sistema da Quarta República talvez não fosse totalmente sem sentido. Mesmo que o general de Gaulle tenha introduzido a eleição do presidente, não foi necessariamente sua melhor contribuição. Mas aqui, novamente, provavelmente poderíamos pedir a opinião dos cidadãos por meio de um debate nacional.

## **É realista?**

Por que não seria? Posso admitir um aspecto um tanto idealista de tal projeto, mas idealista não significa impossível. Claro, ninguém poderia fazer isso sozinho. Quanto a esperar esse tipo de implementação de um homem providencial, é tão ilusório quanto as histórias de unicórnios e duendes. Será necessariamente um trabalho coletivo, cada um trazendo sua pedra para o prédio, por menor que seja a pedra, lembre-se que se vários milhões de cidadãos trouxerem cada um a sua, construiremos algo colossal o suficiente para durar. A Grécia Antiga viveu a democracia por dois séculos, continuo convencido de que podemos fazer muito melhor, com menos guerra, e isso seria um legado para as gerações futuras que seria muito mais glorioso do que o que estamos no processo de nossos países em 2018.

Não há dúvida de que aqueles que acima de tudo não querem que isso aconteça, encontrarão todas as razões e os pretextos mais elaborados para contestar a própria viabilidade de tal projeto social. Não se deixe embalar por sua retórica, pare para pensar sobre suas objeções, aprofunde-se e descubra por si mesmo que, apesar de tudo, se trabalharmos juntos, podemos, com um mínimo de

boa vontade e com o objetivo final em mente, construir este edifício.

Mas o resto não depende de mim nem de um político: depende primeiro de vocês. É trocando com seus contemporâneos, vizinhos, familiares, amigos, discutindo um ponto ou outro que você construirá o seu próprio futuro e o das gerações futuras. Admito que isso exige um esforço: é insuperável? Certamente não.

Se cada um fizer apenas o que está ao seu alcance, na sua medida, com espírito de justiça e com um mínimo de altruísmo, é a soma de todas essas ações que pode fazer uma diferença mais que significativa.



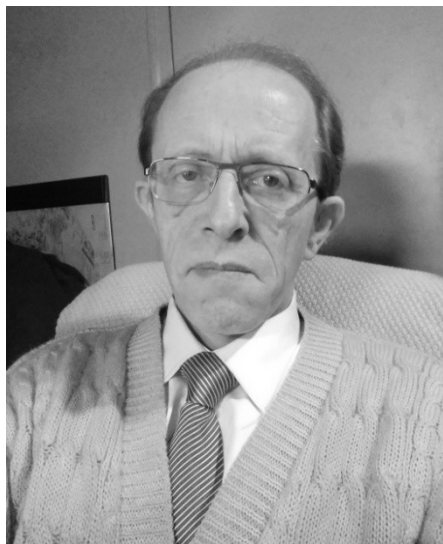
# Bibliografia

Alguns livros de referência que poderiam ter sido usados para apoiar certos pontos deste livro.

- *Democracia ateniense na época de Demóstenes* por Mogens H. Hansen, coleção Texto, edições Tallandier, Paris, 2009.
- *Uma breve história da experimentação democrática - Sorteios e política de Atenas aos dias de hoje* por Yves Sintomer, edições La Découverte, Paris, 2011.
- *Religião da nação soberana* por Bernard Bourdin e Jacques Sapir, Editions du Cerf, Paris, 2017.
- *Dialogue no Inferno entre Machiavelli e Montesquieu ou A Política No Século XIX* (ed. 1864) de Maurice Joly, edições Hachette Livre

# Posfácio

## O autor



Filho mais velho de uma família numerosa no Périgord e autodidata, tive muitos empregos que me levaram a vários lugares da França e também ao Canadá, onde morei por doze anos. Como o mais velho dos meus irmãos, fui marcado desde muito cedo por um senso de

obrigação e dever de dar o exemplo. Eu realmente não me interessei por política até muito tarde, mas a observação que foi construindo ao longo dos anos me levou a ir além dessa etapa e buscar soluções. Não sendo estas propriamente fáceis de encontrar, na medida em que existiam, acabei por me cansar desta procura vã e aos poucos comecei eu próprio a desenhá-los. Foi assim que surgiu a ideia de retomar uma receita muito antiga que funcionou durante dois séculos na Grécia antiga,

ao mesmo tempo que a atualizava. Baseei a escrita no que vivi na França, porém o princípio geral aqui descrito é bastante universal e, portanto, aplicável em qualquer lugar do mundo.

Através deste brevíssimo ensaio, procuro apresentar-vos esta ideia, as bases de uma forma de mecanismo geral para se ter uma autêntica democracia que resta construir, desde que, claro, seja aceitável para o maior número de pessoas. Mas, para lá chegar, terá de ser divulgado, o mais amplamente possível e discutido, apurando-se os detalhes até o dia em que seja possível efetivamente implementá-lo.

Não há nestas páginas qualquer pretensão de novidade, são construções a partir de várias ideias, por vezes antigas, de lógica e raciocínio que encontram a sua origem em fontes por vezes improváveis, mas, sobretudo, ideias que cada um de vós poderia muito bem ter tido. Se o futuro parece sombrio para você, não tenha medo: construa, prepare-se para as consequências. A decadência não durará para sempre, será aconselhável estar pronto para a continuação e a reconstrução.

Porém, se você adquiriu este livro é porque a questão lhe preocupa e provavelmente você já faz parte da solução.

## Obrigado

Devo agradecer a todas as pessoas que me ajudaram a escrever estas páginas, às vezes simplesmente lendo-as e enviando-me comentários sobre tal e tal ponto.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu livreiro e sua esposa, que foram um grande apoio, primeiro durante a redação e depois nos contatos com as editoras.

Devo um enorme obrigado ao Sr. Christian Combaz, então a leitura crítica destacou muitas das falhas em minha escrita, seu precioso conselho foi uma grande contribuição para esta escrita.

Outro agradecimento, muito especial este na medida em que se dirige a alguém que de forma alguma participou na redação ou revisão destas páginas. Ele é o primeiro político que vejo em minha vida dando promessas de probidade e honestidade. Ele dá um exemplo digno das mais prestigiadas honrarias por ser sempre consistente em seu discurso ao longo dos anos. Citei-o rapidamente, é o Sr. François Asselineau. Ainda que não partilhe necessariamente de

absolutamente tudo o que ele defende, concordo plenamente com ele no essencial, mas gostaria de destacar, sobretudo a pedagogia que demonstra ao explicar a política com um discurso bastante novo para a época: ele deliberadamente ignora a língua de pau e as suas referências são sistematicamente verificáveis. Suas apresentações foram para mim uma espécie de catalisador que despertou minha consciência política, até então um tanto apagada. Ele é, portanto, o primeiro que me incentivou a me inscrever nas listas eleitorais para recorrer às urnas às quais nunca havia me aproximado até então.

Finalmente, devo agradecer a Philippe Pascot por seu apoio, bem como pelo prefácio deste livro. A sua luta contra a corrupção na política demonstra uma coragem que expressou através de cinco livros explosivos, um apelo à consciência política para todos.





# Conteúdo

Prefácio.....	1
Preambulo.....	7
Um inventário.....	9
As ideias de um cidadão comum.....	13
As fontes dessas reflexões.....	14
O método de análise e construção.....	17
Estabeleça uma base estável.....	22
Não poderíamos aprender com a história?.....	22
Sinônimos, insinuações e manipulação.....	24
Ensino deficiente.....	26
Por que “ <i>construir</i> ” uma democracia?.....	30
Algumas definições.....	41
Estabeleça um acordo.....	41
República.....	43
Cidadão.....	44
Elite.....	46
Nação.....	48
Democracia.....	49
Constituição.....	50
Lei.....	52
Soberania.....	53
Debate.....	59
Estado.....	62
Por que essas definições.....	64



Vício, virtude e política.....	67
Dificuldades em identificar a mentira.....	69
Qual interesse real?.....	74
Podemos nos defender dela?.....	75
Identifique o que é realmente importante.....	79
A ágora.....	86
O princípio geral.....	90
O status de cidadão.....	91
O tamanho da ágora.....	96
O funcionamento de uma ágora.....	99
O papel da ágora.....	100
O quórum.....	103
O básico da lei.....	104
A lei das leis.....	107
As leis da robótica.....	107
Uma adaptação.....	109
Uma definição necessária de alguns termos.....	110
Qual é o papel da lei?.....	112
Uma base legislativa estável.....	116
Democracia e Soberania.....	118
Soberania monetária.....	118
Por que se questionar sobre este assunto?.....	120
Tipo de moeda.....	122
Uma observação em todo o mundo.....	124
Dever soberano do estado.....	125
O orçamento do estado.....	126

Intercâmbios internacionais.....	130
Poupança.....	132
Como os bancos poderiam sobreviver?.....	134
Algumas consequências?.....	135
Que objeções?.....	136
O cidadão comum não é qualificado.....	136
As pessoas não têm tempo para política.....	137
Tal projeto é completamente utópico.....	139
É preciso muita gente com um mínimo de formação para liderar o país.....	140
É realista?.....	142
Bibliografia.....	1
Posfácio.....	2
O autor.....	2
Obrigado.....	4